

**DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE
SEGURANÇA NAS REGIÕES BRASILEIRAS:
O IMPACTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS –
MACRORREGIÃO NORTE**

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE
SEGURANÇA NAS REGIÕES BRASILEIRAS:
O IMPACTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS –
MACRORREGIÃO NORTE**

ipea

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Chefe de Gabinete

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social (substituto)

João Claudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE
SEGURANÇA NAS REGIÕES BRASILEIRAS:
O IMPACTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS –
MACRORREGIÃO NORTE**

ipea

Rio de Janeiro, 2024

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

EQUIPE TÉCNICA

Camila Caldeira Nunes Dias

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar:

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dinâmicas de violência e políticas de segurança nas regiões brasileiras**: o impacto das facções criminais – macrorregião Norte. Rio de Janeiro: Ipea, 2024. 68 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/223648>.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O PROCESSO DE FACCIÓNALIZAÇÃO DA DINÂMICA CRIMINAL E PRISIONAL NO BRASIL.....	6
1.1 A expansão do PCC	6
1.2 Expansão do CV	8
1.3 Aparecimento de numerosos grupos locais em vários estados brasileiros	9
2 O MARCO DE 2016: A POLARIZAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO CRIMINAL-PRISIONAL NACIONAL	10
3 MACRORREGIÃO NORTE: O EFEITO DISRUPTIVO DA FACCIÓNALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS PRISIONAIS E CRIMINAIS. 15	
3.1 Trabalhos acadêmicos e os relatórios técnicos.....	15
3.2 Macrorregião Norte: contexto histórico e análise das múltiplas e diversas configurações locais	21
4 ALIANÇAS, RUPTURAS, REALINHAMENTOS E A VIOLÊNCIA NA MACRORREGIÃO NORTE: A DISPUTA POR CORAÇÕES E MENTES NO CRIME	40
5 A ASCENSÃO VERTIGINOSA E A DECOMPOSIÇÃO METEÓRICA DA FDN.....	47
6 A TRÍPLICE FRONTEIRA NORTE: TABATINGA (AMAZONAS, BRASIL), LETÍCIA (COLÔMBIA) E SANTA ROSA (PERU).....	55
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65

1 INTRODUÇÃO: O PROCESSO DE FACCIÓNALIZAÇÃO DA DINÂMICA CRIMINAL E PRISIONAL NO BRASIL

Nas últimas décadas, pode-se afirmar que houve um processo de facçãoalização do sistema prisional e das dinâmicas criminais no Brasil. Esse processo tem como mola impulsionaladora as políticas de encarceramento geral adotadas em muitos estados brasileiros (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017) e, como fatores específicos, podemos enumerar os seguintes processos sociais:¹

- 1) Expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo para todas as demais regiões brasileiras.
- 2) Expansão do Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro para vários outros estados do Brasil, especialmente das regiões Norte e Centro-Oeste.
- 3) Aparecimento de numerosos grupos locais em praticamente todos os estados da federação.

1.1 A expansão do PCC

Uma questão que é discutida de forma recorrente diz respeito à espontaneidade ou o planejamento prévio do processo de expansão do PCC para além do estado de São Paulo. Nesse sentido, pode-se afirmar que houve movimentos espontâneos, decorrentes da migração individual, por exemplo, com o propósito de manter-se fora do alcance das autoridades policiais, em regiões em que esses indivíduos já eram mais conhecidos; bem como movimentos de deslocamento coletivo de “quadrilhas”, com propósitos econômicos geralmente relacionados aos crimes contra instituições financeiras.

Contudo, podemos enumerar diversas dinâmicas impulsionaladoras desse processo, em diferentes espaços temporais, protagonizadas por diferentes atores. A seguir pontuamos alguns processos específicos que foram observados em diferentes contextos históricos e sociais, em diferentes estágios de desenvolvimento do fenômeno das facções prisionais, e que impulsionalaram ou foram impulsionalados por distintas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, com efeitos variados e importantes na conformação do fenômeno prisional e criminal, nos diferentes territórios.

A compreensão desse cenário complexo e multifacetado pode nos permitir compreender as atuais configurações regionais, que apresentam importantes diferenças entre si no que diz respeito à forma de atuação dos grupos criminais e das maneiras de interação desses atores com outros atores do universo criminal, político e econômico.

O primeiro movimento de expansão do PCC para fora do estado de São Paulo, ironicamente, foi efetivado pelas autoridades estaduais paulistas, na segunda metade dos anos 1990. Num cenário estadual marcado pela turbulência nas prisões, com a explosão de rebeliões, resgates de presos e fugas, a transferência dos “líderes” para outros estados foi uma das principais providências do governo de São Paulo. Presos que depois se tornaram nacionalmente conhecidos foram enviados a vários estados, em regime de permuta –

1. O funcionamento do Sistema Penitenciário Federal (SPF) a partir de 2006 – cuja análise não poderá ser aprofundada aqui – também contribuiu para a disseminação de um modelo de organização prisional e criminal, caracterizado pela conexão e pelo estabelecimento de uma contiguidade e de fluxos informacionais, materiais e de pessoas que conformaram um novo modelo nos mercados ilícitos e nas dinâmicas do crime. Se não é possível apontar a responsabilidade objetiva do SPF pela nacionalização desse modelo – ao colocar lado a lado expoentes das redes criminais que se estruturaram no Sudeste e indivíduos que protagonizam movimentos de rebelião nas prisões de outras regiões –, podemos, ao menos, compreender o seu papel nesse processo. Ao lado das dinâmicas sociais descritas anteriormente, o SPF também contribuiu para a expansão do ideário organizacional, ideológico, programático e econômico dos grupos de base prisional que então viam oportunidades várias para expandir seus territórios. Por uma questão de espaço e de enfoque, deixaremos de abordar aqui o efeito da criação e das dinâmicas políticas e sociais associadas ao SPF. A esse respeito, consultar algumas reflexões em Manso e Dias (2018).

Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília – e, ao menos em parte dessas localidades, deixaram a sua marca, a semente da facção paulista.

Em dois desses estados, podemos afirmar que, a partir daí, o PCC floresceu e se fortaleceu, conformando um contexto que viria a impactar de maneira fundamental o processo de expansão posterior. Trata-se dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que se tornaram territórios onde o PCC estabeleceu sua presença dentro dos presídios, ainda na segunda metade dos anos 1990; e nos quais tem mostrado capacidade de crescimento relevante desde então, tanto no sistema prisional quanto fora dele (Manso e Dias, 2018). Por serem estados de localização estratégica – seja no território brasileiro (fronteira com São Paulo, ligação com a região Sul do Brasil e com a região central), seja por estarem situados na área de fronteira com Paraguai e Bolívia –, considera-se que a presença do PCC ali, ainda nos anos 1990, garantiu-lhe uma posição tática para que viesse a protagonizar a reconfiguração dos mercados ilícitos no Brasil, promovendo uma estruturação criminal a partir dos cárceres brasileiros.

A partir de meados dos anos 2000, percebe-se a intensificação de um movimento migratório de indivíduos vinculados às redes criminais da região Sudeste em direção às regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e, também, Sul. Esse processo esteve associado – de maneira isolada ou articulada – aos crimes contra o patrimônio, especialmente aqueles relacionados às instituições financeiras; à fuga de indivíduos envolvidos em crimes de seus estados de origem, nos quais alguns deles já eram bastante conhecidos; e, ainda, à expansão do mercado de drogas ilícitas, vinculado a essas redes. Este último processo não decorreu de uma expansão planejada; ao contrário, deu-se a partir da presença prévia de indivíduos que haviam migrado e estabelecido conexões em estados fora da região Sudeste, onde se apresentaram oportunidades econômicas em um mercado de drogas ilícitas ainda em expansão.

Na medida em que indivíduos eram alcançados pelas forças policiais e eram presos, tais redes criminais se expandiam, se enraizando naqueles espaços que caracterizavam sua atuação primária – e que conformam sua marca e sua base ideológica, organizacional e comunitária: as prisões. Portanto, é possível afirmar que, nesse período, operava-se uma transformação nas dinâmicas criminais em muitas grandes, médias e pequenas cidades dessas regiões, bem como nas dinâmicas prisionais dos seus diversos estados, favorecendo a articulação e a conexão entre esses territórios e entre as dinâmicas do crime e as dinâmicas da prisão – assim como entre as dinâmicas da prisão e as dinâmicas do crime (Dias e Ribeiro, 2019). Esse processo de faccionalização – já estabelecido em alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná – assume a partir de então um caráter nacional.

Importante dizer que não é possível afirmar qual desses territórios – as prisões ou as ruas – se reconfiguraram primeiro, produzindo efeito sobre o outro. Se, no caso de Rio de Janeiro e São Paulo, sabe-se que as prisões têm sido o solo onde germinam e criam raízes as condições para a reprodução desses grupos prisionais-criminais, não podemos generalizar essa causalidade para todos os estados, especialmente aqueles em que a emergência de tais grupos se deu mais tarde, depois da consolidação dos grupos do Sudeste e de sua visibilidade nacional. Quando esse fenômeno ganhou escala nacional, vários outros elementos influenciaram as configurações locais. Contudo, em todos os casos, o efeito mais importante foi a conexão entre a prisão e as dinâmicas criminais extramuros, a qual tornou tais grupos (as chamadas facções) protagonistas dos fenômenos relacionados ao crime, aos mercados ilícitos e à violência.

Finalmente, em 2010, pudemos localizar o primeiro documento que nos indica um processo de expansão do PCC previamente planejado, com objetivos, metas e atores claramente

delineados. O Projeto Paraguai (tal como foi denominado pelos autores em Manso e Dias, 2018) foi apresentado, no âmbito do PCC, como um plano de expansão que envolvia a ocupação do território do país vizinho, com a finalidade expressa de reduzir intermediários na compra de drogas e de armas e de estabelecer um corredor estável, seguro e regular de suprimento desses produtos para os mercados brasileiros que o PCC já conseguia abastecer. A construção desse canal de abastecimento regular envolvia o acesso ao início da cadeia de produção e suprimento de maconha e de cocaína – respectivamente, no Paraguai e nos países andinos (especialmente Peru e Bolívia); e o controle do território de transporte dessas mercadorias – tanto pela chamada “rota caipira” (Abreu, 2016) quanto por rotas alternativas, que passavam pela capital do Mato Grosso do Sul ou pelo Paraná, com destino à capital paulista e outras. Isso fortaleceu e alçou o PCC a um patamar mais importante no comércio global de cocaína e no suprimento de maconha ao mercado nacional, especialmente do eixo Sudeste-Sul.

Considerando a proeminência do PCC em São Paulo, inclusive no litoral do estado e, por decorrência, nos seus portos, os nós dessa rede não tardaram a se conectar e, por meio dessa conexão, impulsionaram o PCC como ator estratégico também na bilionária economia global da cocaína, tendo se tornado parceiro de grandes conglomerados criminosos internacionais (italianos, africanos, do Leste Europeu, entre outros). Tudo isso permitiu que o grupo originado nas prisões paulistas pudesse se posicionar de maneira importante (embora ainda não como um ator central) nas redes do comércio internacional de cocaína, especialmente na Europa e na África.

1.2 Expansão do CV

A expansão do CV seguiu uma dinâmica diferente da expansão do PCC, decorrente da própria diferença organizacional que caracteriza cada um dos grupos. O CV sempre apresentou uma estrutura organizacional e hierárquica limitada ao território específico onde se situa – por exemplo, uma favela ou bairro –, sem uma estruturação que favorecesse sua articulação e organização para além desses territórios (Misse, 1999; Grillo, 2013). Ou seja, trata-se de uma estrutura organizacional descentralizada e desconectada funcionalmente no topo, resultando em autonomia de seus vários “chefes” locais (“donos de morro”), o que acabaria por produzir importantes diferenças na sua atuação, quando comparado ao PCC.

Essa descentralização e autonomia de origem perpassou o seu modelo de expansão e o seu lugar político de origem, o Rio de Janeiro. Dessa forma, agrupamentos autodenominados CV mais a sigla do respectivo estado passaram a surgir nas várias regiões brasileiras, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, sinalizando a existência de conexões e lealdades com o grupo original, mas não necessariamente uma articulação organizacional, com homogeneidade de normas disciplinares ou morais, ou mesmo uniformidade de rituais e procedimentos de entrada e de saída. Nesse sentido, pode-se afirmar que a expansão do CV ocorreu a partir de um modelo de franquias que implica aliança econômica, mas independência programática ou funcional dos diferentes grupos espalhados pelo país.

De um lado, isso impulsionou o crescimento do CV em diversos lugares, na medida em que não se exigiam grandes compromissos de grupos ou de criminosos locais. Por outro, a ausência de vínculos, para além dos interesses econômicos e de alianças pontuais, provocou grande instabilidade e inúmeros “rachas” decorrentes de tensões na relação com outros grupos, com movimentos de fusão e de fragmentação intensos e frequentes, ao longo desse processo de expansão.

A título de exemplo e comparação, o PCC, desde sua criação e no decorrer da sua expansão, manteve forte homogeneidade programática, disciplinar e moral, além de apresentar organicidade funcional e econômica, articulando, ainda que de forma descentralizada – por meio da criação de múltiplas células (*sintonias*) –, uma estrutura organizacional única. Em contraposição do modelo de “franquia” do CV, pode-se apontar que a forma organizacional do PCC, no decorrer do seu processo de expansão, segue um modelo “matriz-filial”.

De qualquer forma, a partir de 2015, alguns tensionamentos passaram a ser percebidos nas dinâmicas de competição por novos filiados a ambas as facções. E, em parte, esse conflito ocorre por conta das diferenças (aqui apresentadas) entre esses dois grupos. Após 2016, a identificação de um grupo local com o CV passou a representar também a sua oposição ao PCC, conformando-se um modelo criminal nacional polarizado e binário, decorrente de um sistema de cooperações e lealdades ou ao PCC ou ao CV. Estar situado em um desses dois polos implicava ruptura total e oposição radical ao outro, como podemos visualizar nos muitos episódios de violência explícita nas prisões – e fora delas – nos últimos anos. Abordaremos esse tema novamente adiante.

1.3 Aparecimento de numerosos grupos locais em vários estados brasileiros

A expansão do PCC e do CV disseminou um modelo de organização da população carcerária e de gestão dos mercados ilícitos ancorado em conexões construídas nas prisões. Tal modelo se mostrava exitoso, não só do ponto de vista estritamente econômico, mas também da perspectiva político-ideológica desses grupos: seus embates com os governos estaduais acabavam por fortalecer a imagem e a narrativa de que estariam “lutando contra a opressão do estado”.

Ao mesmo tempo, a própria existência desses grupos representava o potencial da prisão como espaço de captação de recursos para a reprodução e o fortalecimento das redes criminais, produzindo vínculos de confiança e de lealdades. Do mesmo modo, a prisão se estabelecia como um poderoso mercado, no qual tais grupos tinham oportunidades de suprir demandas variadas, desde a proteção de indivíduos encarcerados até a provisão de todo tipo de produto, lícito e ilícito.

A centralidade da prisão brasileira como núcleo a partir do qual se estruturavam mercados ilícitos e redes criminais era ainda potencializada pelo fato básico de que a resposta estatal para o problema do crime e da violência se limita praticamente à aposta na prisão e no encarceramento massivo – por meio do aumento de penas e do chamado endurecimento penal. A resposta estatal por meio do encarceramento, portanto, fortalecia as condições para a expansão das redes criminais a partir do cárcere. Além disso, consolidava as condições ideológicas propícias ao enraizamento do discurso político-programático relativo à necessidade da luta contra a opressão do Estado e à demanda por proteção nos cárceres, que aumenta na proporção da deterioração das condições materiais desses estabelecimentos (Dias, 2013).

Contudo, a chegada dos grupos originários de São Paulo e Rio de Janeiro também provocava efeitos nos mercados e dinâmicas locais em cada um dos estados em que se fomentava esse novo modelo de gestão das prisões e de mercados. Dessa forma, atingia atores estabelecidos e dinâmicas já consolidadas em cada território. Evidentemente, nem todos os atores criminais locais passaram a considerar oportuna a mudança na forma de gerir os negócios, e em muitos lugares esse processo resultou em conflitos violentos e no aumento dos homicídios e de violência nas prisões.

A resposta à chegada do PCC e do CV também se deu com a formação de grupos locais, como maneira de evitar que os mercados locais fossem dominados pelos grupos “estrangeiros” e para garantir a manutenção do controle desses mercados pelos mesmos atores. Dessa forma, assistimos à criação de numerosos grupos locais, alguns dos quais depois alcançaram posição regional e até nacional, enquanto outros desapareceram na mesma velocidade com que surgiram.

O resultado desse processo, em síntese, foi a nacionalização da adoção do modelo do Sudeste, ou seja, a conexão entre prisão e dinâmicas criminais extramuros, em cenários múltiplos e distintos, com maior ou menor homogeneidade e fragmentação entre os atores criminais. A construção desse modelo nos distintos contextos regionais e locais resultou em múltiplas configurações criminais, caracterizadas por maior ou menor conflitualidade e violência, a depender dos contextos dos mercados ilícitos, prévios às pressões oriundas dos atores faccionados, das respostas dos atores criminais locais e da forma de intervenção estatal. Esse cenário, que reúne fatores prévios e elementos novos em cada contexto cultural, geográfico e social, conformou diferentes configurações criminais que, a depender de outros fatores distintivos, classificaremos aqui de “configurações hegemônicas” ou “configurações fragmentadas”.

Essa classificação implica uma compreensão desses contextos locais e regionais que ultrapassa a descrição de cada estado e nos permite, inclusive, analisar e compreender os cenários de rápidas transformações e mudanças dos mercados e dos atores, assim como os cenários de maior ou menor estabilidade. Ou seja, se a descrição dos grupos, atores e atividades atuantes num determinado local está quase que fadada a ser superada e desatualizada – em alguns meses, anos ou até semanas, a depender do contexto –, a proposta analítica deste texto é ir além da descrição e compreender essas dinâmicas de dispersão e mudanças rápidas como parte da explicação e associadas aos fatores locais/regionais prévios e à forma de chegada e de recepção dos elementos novos dessas configurações criminais-prisionais.

A ruptura da relação de colaboração e convivência dentro e fora do espaço prisional, entre o PCC e o CV, é efeito estrutural direto e constitutivo do processo de faccionalização e é também elemento basilar da atual conformação nacional do crime no Brasil. Por isso, antes de passar para a análise do contexto próprio da macrorregião Norte, em termos da atuação das facções – e que é o objetivo central deste texto –, vamos abordar rapidamente esse divisor de águas nas dinâmicas prisionais e criminais brasileiras.

2 O MARCO DE 2016: A POLARIZAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO CRIMINAL-PRISIONAL NACIONAL

O ano de 2016 pode ser considerado um marco na configuração da dinâmica criminal brasileira. Neste ano, vários acontecimentos desencadearam, precipitaram ou aceleraram transformações em curso desde 2010, mas reconfigurando essa dinâmica e o papel das várias facções, especialmente as maiores, PCC e CV, na conformação criminal e prisional do país. Podemos listar os seguintes eventos:

- execução de Jorge Rafaat em Pedro Juan Caballero (junho de 2016);
- ruptura entre PCC e CV (meados de 2016);
- saída da prisão do líder do PCC, de vulgo Gegê do Mangue (2018); e
- transferência da cúpula do PCC para o SPF (2019).

Importante salientar que esses acontecimentos não têm relação direta entre si, tampouco podem ser associados com efeitos produzidos um sobre o outro, mas, juntos, acabaram contribuindo para impulsionar uma mudança na configuração criminal do país a partir de 2016.

Ainda nesse ano, o efeito imediato da ruptura entre CV e PCC foi a guerra instalada a partir de um modelo binário de alianças e conflitos entre os grupos criminais brasileiros que passaram a se alinhar a um polo ou outro dessa relação binária que situou PCC de um lado e CV de outro. Conformou-se um bloco que, em síntese, pode ser assim representado: CV/FDN/PGC² *versus* PCC. Podemos afirmar que esse modelo é ainda hoje válido, mesmo que a FDN já não exista mais como um grupo, conforme veremos adiante. Além dessas facções, outros inúmeros grupos menores, de expressão local ou regional, se alinharam a um dos dois lados, sendo também sugados pela força dessa polarização criminal que assumiu caráter nacional.

A ruptura do PCC com o CV implicou em violenta disputa entre esses dois grupos e no envolvimento dos demais grupos menores. Portanto, a expansão do PCC mais a expansão do CV e o surgimento de inúmeros grupos criminais locais conformou a faccionalização do sistema prisional e da dinâmica criminal brasileira. A ruptura entre PCC e CV produziu graves consequências sociais, dentro e fora da prisão, com um importante aumento dos homicídios em vários estados brasileiros – como veremos a seguir em relação à região Norte –, em decorrência de uma guerra instalada a partir de um modelo binário de alianças e conflitos entre os grupos criminais brasileiros (Manso e Dias, 2018).

A disputa entre esses grupos possui uma evidente dimensão econômica, em termos da competição nos mercados ilegais, mas também apresenta componentes culturais e morais importantes, sem os quais a análise se torna insuficiente e incompleta. Conforme mencionado antes, considera-se aqui que um dos aspectos estruturais para compreender esse processo de ruptura é a própria forma de organização estrutural do PCC e do CV. O modelo de expansão desses grupos, assentados em distintas formas de organização interna e de relação com os demais grupos – o PCC, centralizado e unificado em torno de um eixo único do grupo, bem como em torno de normas e procedimentos homogêneos; o CV, descentralizado, desconectado entre si e amarrado em torno de alianças pontuais e interesses econômicos em comum – acabou levando ao aumento do tensionamento e à ruptura entre eles. A seguir estão apresentados alguns salves³ de ambos os grupos que explicitam os tensionamentos ocorridos desde 2015 e que culminaram com o anúncio do rompimento de junho de 2016.

Salve 1 – PCC, junho de 2016

Salve geral para os irmãos dos estados

(...) Deixamos todos nossos irmãos cientes que em virtude de estarmos *vivendo um momento conturbado em vários Estados do País, com inimigos se aliando ao CV, se fortalecendo contra nós*, estamos em risco crescente em várias regiões.

Ocorre que sempre respeitamos todas as facções fora de São Paulo e não buscamos exclusividade (...). Porém estamos sendo tratados desta forma em várias regiões que predominam o CV. *Nossa resposta será de igual, onde tivermos predominância, qualquer lugar que for, o CV não batiza mais ninguém e*

2. FDN – Família do Norte; PGC – Primeiro Grupo Catarinense.

3. Os salves utilizados neste texto foram obtidos ao longo desses quase vinte anos de pesquisa sobre o tema, a partir de diversas fontes e diversos momentos diferentes. Eles foram armazenados e serão utilizados aqui com a finalidade de aprofundar a análise dos fenômenos ou ilustrar as dinâmicas internas associadas aos processos cuja compreensão propomos aqui. A fim de preservar as fontes, os circuitos de circulação da informação e os autores e atores associadas a esses documentos, alguns trechos foram suprimidos (sinalizados com os parênteses e as reticências). O itálico foi inserido pela autora a fim de sublinhar informações relevantes. Essas observações são válidas para todos os salves utilizados neste relatório.

se ocorrer resistência, será aplicado os mesmos critérios que eles mesmos declararam contra nós, ou seja, *o afilhado e o padrinho são decretados* pelo Comando e devem ser executados (...).

Deixamos claro que *não fomos buscar esse confronto de interesses e que aplicamos a ideologia do crime fortalece o crime*. Não procuramos ser donos do crime no País, mas nosso nome tem que ser respeitado (...). Mais do que antes, estamos todos *empenhados para uma positiva expansão da nossa ideologia*. No país tem espaço para todos ganharem sua moeda e desenvolverem suas atribuições. (...). Todos os irmãos devem estar cientes de um *possível rompimento de diálogo com o CV* e da possibilidade de tomarmos algumas medidas preventivas para a segurança de todos irmãos do Comando (...).

Salve 2 – CV, mês desconhecido 2016

Quadro solução Brasil CVRL [Comando Vermelho Rogério Lemgruber] – Informativo

Após reunião (...) chegamos a decisão de informar em forma de resposta ao Salve passado para nós pelos amigos do Resumo PCC, onde que temos uma grande amizade e respeito, queremos deixar claro aos amigos que *não reconhecemos esse salve de outra facção porque somos CV e CV não recebe ordens de ninguém* (...).

Sabemos distinguir o certo do errado. Respeitosamente através desse informativo humildemente queremos trazer a transparência para os amigos do Resumo que *preservamos e vivemos pela paz. Porém jamais fugiremos das guerras quando se fizer necessário*. Nós poderíamos de imediato diante desse salve breçar o trabalho dos amigos em alguns estados, mas em respeito ao PCC *jamais iremos cometer um erro diante de outro erro cometido pelos amigos* (...). Onde sempre estivemos lado a lado buscando a sintonia perfeita pregando sempre a frente e a causa da nossa luta. Estamos espalhados em todos os estados do país *fortalecendo o crime dentro dos nossos critérios ideológicos* e não queremos breçar a evolução de ninguém mas também não aceitaremos parâmetros para nossa evolução (...). *Temos uma proposta de fortalecimento para os amigos que acreditam na nossa ideologia e apresentamos nosso estatuto como referência do que buscamos* (...).

Salve 3 – PCC, 25 de setembro de 2016

Comunicado geral

A sintonia do Primeiro Comando da Capital vem por meio deste passar com total transparência a toda massa carcerária e todas as facções amigas o motivo que levou o tal ocorrido no Estado de Roraima. Acerca de três (3) anos *buscamos um diálogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando a paz e a união do crime no Brasil* e o que recebemos em troca foi irmão nosso esfaqueado em Rondônia e nada ocorreu (...).

Como se não bastasse, *se aliaram a inimigos nossos que agiram de tal covardia* como o PGC que matou uma cunhada e sua prima por ser parentes de PCC, mataram 1 menina de 14 anos só porque fechava com nós. A mesma aliança se estendeu pra facção *Sindicato RN* que num gesto de querer mostrar força mataram uma senhora evangélica e tetraplégica e uma criança (...). Acreditamos que o crime do país não é cego e *consegue enxergar com clareza* o que realmente é desrespeito com familiares e quem deu pontapé inicial para essa guerra sangrenta que se iniciou. *Para nós do PCC sempre foi mais viável a Paz*, mais como nunca tivemos esse retorno por parte dos integrantes do CV que sempre agiram de ousadia nos desrespeitando e desafiando, *acabamos chegando a esse embate* (...).

Tivemos a ciência de que o CV soltou salves falando que desrespeitamos visitas, que fizemos familiares reféns, *pura mentira*, os familiares que retornaram para a unidade após o início do confronto não saíram por que não quiseram, teve familiares nosso também, ninguém sofreu nenhuma agressão. Quem fez familiares reféns em Rondônia foi o CV.

Estão agindo com tanto ódio e cegueira que tiraram a vida de 8 irmãos deles, por ai já dá *para o crime do País ver a falta de preparo com a própria facção, agora imagina o crime do país sobre esse comando?*

Fica aqui o nosso esclarecimento para todo o Crime do Brasil a realidade dos fatos e para aqueles que conhecem nossa luta e nosso trabalho e a sinceridade do Primeiro Comando da Capital o nosso forte e leal abraço. Estamos a disposição para esclarecimentos.

Resumo Disciplinar Estado e Países.

A ruptura entre PCC e CV e a deflagração da guerra entre as duas facções geraram na macrorregião Norte uma corrida para conquistar “corações e mentes” de grupos e quadrilhas locais e regionais, sem os quais não seria possível estabelecerem-se nos territórios para onde grupos criminais avançavam.

Contudo, embora seja indiscutível a existência de interesses econômicos no controle ou acesso a fornecedores, rotas ou territórios importantes para a realização dos negócios ilícitos, principalmente no mercado de drogas ilegais, o discurso transcrito a partir dos salves apresenta uma dimensão que em geral é invisibilizada ou desconsiderada em sua centralidade nas abordagens sobre esse fenômeno. Os salves do PCC e do CV que anunciam a ruptura entre os dois grupos lançam mão de uma série de narrativas e argumentos de base moral e relacionados aos acordos tácitos ou explícitos vigentes entre os dois grupos, especialmente àqueles que concernem às posturas de cada um deles no âmbito do processo de expansão das respectivas facções e aos limites estabelecidos nessa competição – naquele momento, uma competição ainda fria e sem conflitos explícitos – em regiões diferentes daquelas nas quais esses grupos fincaram suas origens. Nesse sentido, o PCC anuncia e explica um possível rompimento com CV que estaria por vir:

Deixamos claro que não fomos buscar esse confronto de interesses e que aplicamos a ideologia do crime fortalece o crime. Não procuramos ser donos do crime no país, mas nosso nome tem que ser respeitado (...). Mais do que antes, estamos todos empenhados para uma positiva expansão da nossa ideologia. No país, tem espaço para todos ganharem sua moeda e desenvolverem suas atribuições (...). Todos os irmãos devem estar cientes de um possível rompimento de diálogo com o CV e da possibilidade de tomarmos algumas medidas preventivas para a segurança de todos irmãos do Comando (...).

O trecho reproduzido evidencia os interesses econômicos presentes nesse processo e nessa disputa, mas coloca a explicação para o rompimento em termos ideológicos. A resposta do CV igualmente menciona as questões de ordem econômica presentes nessa configuração ou reconfiguração criminal, mas também explicita as motivações de cunho ideológico e moral para as decisões que viriam a impactar o convívio entre os dois grupos – “preservamos e vivemos pela paz. Porém, jamais fugiremos das guerras quando se fizer necessário”. E, mais adiante, “Estamos espalhados em todos os estados do país, fortalecendo o crime dentro dos nossos critérios ideológicos e não queremos breçar a evolução de ninguém, mas também não aceitaremos parâmetros para nossa evolução”.

No terceiro salve reproduzido, já no contexto posterior aos eventos que prenunciariam o que estava por vir, o PCC dá a sua versão sobre o que teria ocorrido em Roraima e Rondônia em outubro de 2016:

Há cerca de três anos, buscamos um diálogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando à paz e à união do crime no Brasil, e o que recebemos em troca foi irmão nosso esfaqueado em Rondônia e nada ocorreu (...).

Na sequência, o PCC aponta como as alianças com seus inimigos – PGC, FDN e Sindicato do Crime – foram essenciais para esse rompimento com o CV, mobilizando, ainda, argumentos de cunho moral para justificar a relação de oposição com esses grupos, por meio de fatos que os situariam fora da ética do crime, estendendo a todos os seus aliados essa posição de ausência de legitimidade.

Portanto, é no campo das disputas econômicas e das disputas morais que precisamos buscar a compreensão para os fenômenos recentes que transformaram de maneira contundente as dinâmicas criminais no Brasil. Essa busca passa de modo inexorável pela compreensão dos fenômenos que estavam ocorrendo nas prisões de todo o país, onde – tendo à frente PCC e CV – os diferentes grupos, ainda antes do conflito explícito, posicionavam-se em campos opostos numa corrida por “corações e mentes”, ou seja, por novos integrantes que, nos diferentes estados e regiões do país, pudessem fazer crescer e nacionalizar a facção e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a novos mercados, novas rotas e novas conexões nos mais diversos mercados ilícitos, conforme as oportunidades apresentadas por uma determinada e prévia configuração regional.

No caso da macrorregião Norte, especialmente no Amazonas, o CV já se posicionava de forma extremamente favorável, pois tinha um aliado com forte pertença comunitária e com sólidos laços sociais dentro e fora das prisões do estado, e que já se posicionava como inimigo do PCC antes mesmo desse rompimento: a FDN. Nos anos mais recentes, todavia, assistimos à dissolução da FDN com o fortalecimento do CV – para onde migrou a maior parte dos ex-membros da facção amazonense –, mas também com a formação de novos grupos, como o Cartel do Norte (CDN) e os Revolucionários do Amazonas (RDAs), este último em fase de crescimento relevante e aliado do PCC.

Nos demais estados da região, encontramos cenários distintos e diferentes níveis de estabilidade na conformação criminal: Rondônia, Amapá e Tocantins não apresentam cenários claramente hegemônicos de nenhum dos dois grupos nacionais, tampouco grupos locais fortes. São estados onde há equilíbrio entre os diversos grupos criminais, talvez com leve vantagem para o PCC no Tocantins, sobretudo pela sua vantagem no sistema prisional da capital Palmas. No caso do Pará, embora haja hegemonia do CV na maior parte do território, o PCC está presente em partes da região sudoeste, especialmente Altamira, presença que se fortaleceu a partir da aliança estabelecida com o grupo local Comando Classe A (CCA). Já no Acre, até pouco tempo o PCC tinha ampla vantagem, especialmente em razão da sua aliança com o grupo local Bonde dos 13. Nos últimos anos, percebe-se um avanço relevante do PCC no estado, que indica a possibilidade de maior equilíbrio entre os dois.

Em Roraima, contudo, a expansão e, de certa forma, a consolidação do PCC se efetivou por meio de seu próprio avanço organizacional, adensando a Sintonia de Roraima, ampliando o número de batizados, sobretudo dentro das prisões, e espalhando sua influência para amplas áreas do estado, desde a capital Boa Vista até terras indígenas (TIs) e áreas remotas, com a presença em atividades de garimpo ilegais. Diferentemente das estratégias que o PCC utilizou no Pará e no Acre, o PCC em Roraima logrou crescer de maneira relevante, preservando sua própria identidade e, ao que parece, expandindo seus contornos organizacionais próprios, com sua sede permanecendo localizada em São Paulo.

3 MACRORREGIÃO NORTE: O EFEITO DISRUPTIVO DA FACCIÓNALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS PRISIONAIS E CRIMINAIS

O ponto de partida da análise proposta aqui se situa nos processos descritos anteriormente, que conformam o pano de fundo estrutural dos processos que analisaremos na macrorregião Norte, buscando delinear o contexto criminal regional e de cada um de seus estados, sob o ponto de vista específico da atuação das facções criminais e de seus efeitos sobre a dinâmica criminal, além dos mercados ilícitos de cada estado e da macrorregião como um todo.

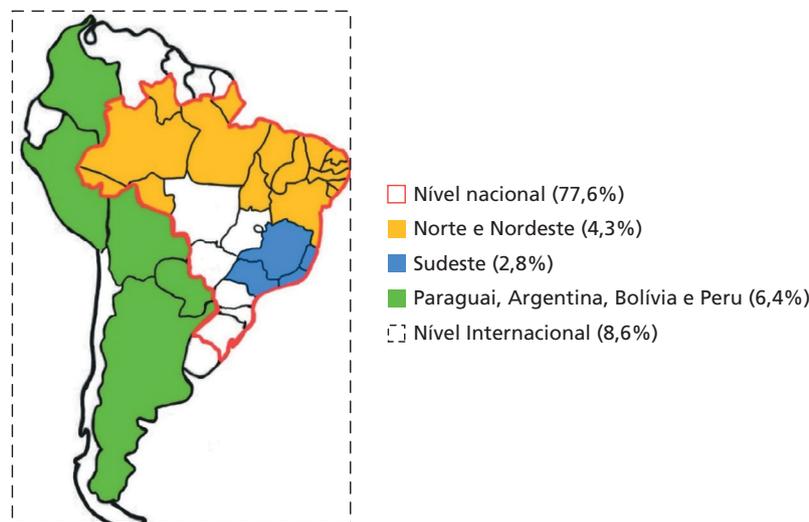
Nesta seção, trataremos a caracterização da região a partir de trabalhos acadêmicos e dos trabalhos produzidos por organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades que, especialmente nos últimos quatro anos, se voltaram a descrever e analisar dinâmicas da violência na macrorregião Norte. Além disso, utilizamos um amplo banco de dados de materiais jornalísticos que, analisado qualitativamente, permite observar que a imprensa passou a retratar de forma muito mais recorrente as facções criminais na região nos últimos oito anos. Finalmente, utilizaremos, ainda, documentos produzidos pelos grupos criminais, a fim de ilustrar, explicar ou aprofundar alguns fenômenos que abordaremos aqui.

O pano de fundo para essa análise é o quadro apresentado anteriormente – que pode ser definido como um quadro de faccionalização da dinâmica prisional e criminal em âmbito nacional – e a ruptura das relações entre PCC e CV, que produziu impactos nacionais, com importantes variações regionais, estaduais e locais, conforme processos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos que incidem sobre a conformação do fenômeno criminal.

3.1 Trabalhos acadêmicos e os relatórios técnicos

Um dos levantamentos realizados para a elaboração dessa análise é o de trabalhos acadêmicos com o recorte do termo “facções” e similares, publicados até o ano de 2020,⁴ conforme consulta ao repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Google Scholar. A seguir, alguns dados de natureza quantitativa.

FIGURA 1
Área de atuação das facções por regiões nos trabalhos acadêmicos



Fonte: Google Scholar e repositório Capes.
Elaboração dos autores.

4. Certamente, nos últimos anos, muitos outros trabalhos foram publicados. Estamos tentando atualizar esse banco de trabalhos acadêmicos, contudo, não foi possível concluir a atualização (que demanda um trabalho contínuo) a tempo de incorporar a esse texto.

- Um sobre Roraima, em que o foco da abordagem é a violência em Boa Vista, tendo como principal ancoragem analítica a alta da taxa de homicídios na capital do estado e a questão prisional, especialmente a rebelião ocorrida na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc). Embora o texto não tenha o foco específico nas facções prisionais, esses grupos acabam sendo abordados por terem ligação com o aumento da violência no estado, na medida em que aparecem vinculados aos fenômenos mencionados (Oliveira, 2017).
- Um trabalho sobre Rondônia, que é apresentado como TCC de formação de oficiais da Polícia Militar do Estado e que propõe analisar os conflitos violentos em duas localidades da capital, Porto Velho. De acordo com os autores, cada uma das localidades estudadas é controlada por um dos grupos de base prisional que atua no estado (CV Rondônia e Primeiro Comando do Panda, ambas consideradas facções de origem local). Esse fenômeno estaria relacionado ao aumento do crime violento, especialmente dos homicídios, e à maior vinculação de indivíduos presos às dinâmicas criminais externas à prisão (Silva, Silva e Ribeiro, 2020).
- Seis trabalhos sobre o Amazonas, sendo que, desses, um consiste em um estudo de caso sobre o FDN (Santos, 2016); três têm o foco na questão prisional do estado e abordam especialmente a situação dos presídios de Manaus e os conflitos entre a FDN e o PCC (Candotti, Cunha e Siqueira, 2017; Coelho e Silva, 2019; Paz e Nunes, 2019); outro descreve e analisa os mercados ilícitos e os atores na região da tríplice fronteira Norte (Paiva, 2018); e outro trabalho propõe uma análise compreensiva sobre as dinâmicas criminais que engendraram as transformações sociais no Estado, a partir dos conflitos entre a FDN e o PCC (Siqueira e Paiva, 2019).

Com relação às facções, todos os trabalhos versam sobre PCC, CV e FDN, sozinhos ou relacionados entre si. Não foram localizados trabalhos que tratam de outras facções, provavelmente porque os demais grupos apresentam maior precariedade e instabilidade, sendo bastante vulneráveis às dinâmicas de fragmentação e/ou absorção pelos maiores grupos criminais. Portanto, ainda não haveria tempo suficiente de estabilização desses grupos que permitisse a maturação necessária à sua captura pela produção acadêmica.

A ampla maioria desses trabalhos trata das dinâmicas faccionais da prisão e da rua, bem como da articulação entre esses dois universos sociais. Os artigos são maioria (dez), sendo que há, ainda, uma dissertação de mestrado e três TCCs. Não foi localizada nenhuma tese de doutorado.

Essa lacuna na produção acadêmica, entre outras questões relacionadas à necessidade de políticas científicas e educacionais que fortaleçam as universidades públicas e a pesquisa na região, sinaliza, também, aspectos do próprio fenômeno da violência, da criminalidade e dos mercados ilícitos na macrorregião, caracterizados por grande fragmentação dos grupos, intensa competitividade, violenta conflituosidade e incapacidade desses grupos, até o momento, de se estabelecerem de forma mais consolidada em qualquer um dos estados que compõem a região Norte.

A composição das modalidades de trabalhos acadêmicos indica certa incipiência dessa temática na macrorregião, sobretudo se considerarmos que o levantamento realizado chegou apenas até 2020. A partir de 2016 e sobretudo, de 2017, a eclosão dos conflitos associados à faccionalização prisional e criminal começou a chamar a atenção da opinião pública nacional para a região. Após 2019, com as investidas do governo Bolsonaro sobre

as TIs e o território amazônico como um todo,⁵ por meio do estímulo à ocupação e à exploração econômica desenfreada – garimpo, extração de madeiras etc. – em áreas protegidas e da fragilização das entidades e instrumentos de proteção dessas áreas e dos povos que as ocupam, a Amazônia se tornou foco de atenção global e assunto de debate nos principais fóruns nacionais e internacionais.

A partir de então, houve uma enorme impulsão para o financiamento de pesquisas na região, por entidades nacionais e internacionais, o que provocou uma proliferação de estudos mais recentes. Estes, em sua maioria desenvolvidos por entidades da sociedade civil ou do estado, se concentraram em levantamentos técnicos e analíticos de caráter descritivo e com vistas à caracterização regional, buscando sobretudo um diagnóstico a respeito dos processos sociais e políticos que poderiam estar associados à conflitualidade na região amazônica, expressa pelo aumento dos homicídios e das recorrentes denúncias de violação e ataques contra os povos originários. A continuidade do acompanhamento dos trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos possivelmente nos permitirá localizar o reflexo desse interesse nacional e global pela região amazônica, especialmente nos fenômenos relacionados à violência e à sua centralidade política e acadêmica.

Em dezembro de 2021, foi publicado o relatório *Ilegalidade e Violência na Amazônia* pelo grupo Amazônia 2030 (Soares, Pereira e Pucci, 2021), financiado pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), cujo foco foi o desenvolvimento histórico da violência nos últimos vinte anos, sobretudo o aumento dos homicídios verificado nos anos mais recentes. Para os autores do estudo, três atividades ilegais relacionadas a crimes ambientais explicam o aumento da violência na região: a ocupação irregular de terras e a exploração ilegal de madeira e de ouro. O afrouxamento da capacidade de fiscalização estatal parece estar no cerne do aumento dessas atividades ilegais e da violência a elas associada. A partir da análise de dados estatísticos, os autores produziram a categoria “excesso de violência” para definir alguns municípios pequenos que, por serem palco de atividades ilegais conectadas às questões ambientais, respondem por cerca de 70% do excesso de violência na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021).

Numa perspectiva cronológica, o relatório aponta a existência de três momentos-chave na conformação do cenário da violência e do crime na região:

- (i) final dos anos 1990, marcando o início do descolamento entre a região amazônica e outras regiões do país; (ii) meados dos anos 2000, marcando a desaceleração da violência, com convergência parcial para os níveis observados em outras regiões; e (iii) início dos anos 2010, marcando uma nova aceleração no crescimento das taxas de homicídio na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 17).

Entre os achados apontados no relatório, destaca-se a identificação do crescimento da violência em municípios que se localizam nas rotas rodoviárias e/ou hidroviárias do tráfico de drogas, especialmente na parte centro-sul do Amazonas. Trata-se de áreas remotas, historicamente com baixa ocupação e baixo índice de violência e que, recentemente, apresentaram crescimento acelerado dos homicídios. Notaram-se alguns padrões importantes para entender a violência na região. Em primeiro lugar, municípios próximos às rotas rodoviárias apresentaram média maior de taxas de homicídio, o que poderia estar relacionado ao fato de ser área mais urbanizada e com maior presença humana. De modo inversamente análogo, nos municípios próximos às rotas hidroviárias, em áreas mais remotas e com menor presença humana, as taxas de homicídios são menores (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

5. Programa político sintetizado na expressão “passar a boiada”, utilizada pelo então ministro do Meio Ambiente, durante uma reunião ministerial, que chegou a conhecimento público após o vazamento do vídeo em maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Contudo, a pesquisa identifica que

a partir do início dos anos 2010, municípios nas rotas hidroviárias começaram a experimentar aumentos nas taxas de violência maiores do que aqueles observados em outras áreas. Esse padrão é particularmente claro para os municípios que se encontram simultaneamente nas rotas rodoviária e fluvial, com um aumento marcado das taxas de violência sendo observado já a partir de 2011. Mesmo nos municípios localizados apenas na rota fluvial, com níveis de violência historicamente mais baixos, há um aumento relativo claro a partir de 2015, com taxas de homicídio se aproximando das médias observadas na região (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

As áreas em que se identificou esse aumento recente dos homicídios não são as mesmas que a Comissão Pastoral da Terra identificou como territórios relacionados às disputas de terra e às mortes associadas a esses conflitos. Nesse sentido, os dados coletados sugerem que “as rotas do tráfico podem de fato ter contribuído para o aumento de violência registrado na segunda metade da última década” (Soares, Pereira e Pucci, 2021, p. 46).

Portanto, além das atividades ilícitas mais relacionadas aos crimes ambientais, o relatório identificou: a expansão das atividades de tráfico de drogas na região, a qual adquire uma posição protagonista nas rotas e fluxos de drogas ilícitas, com destinação a outros continentes; e o aumento da violência, possivelmente associada a essa expansão. Dos produtos relacionados a esse comércio ilícito, destaca-se a cocaína, oriunda de países produtores (Colômbia, Peru e Bolívia) cujas fronteiras com o Brasil abrangem em grande parte a região amazônica. Dessa forma, para além das questões relacionadas aos crimes ambientais, as dinâmicas da violência associadas ao tráfico de drogas interagem de diversas formas com as outras redes de atividades ilícitas.

Outro estudo relevante sobre o tema é *Cartografias da Violência na Região Amazônica*, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com ICS e o grupo de pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistência na Amazônia (Terra), publicado em fevereiro de 2022. O relatório apresenta mapas referenciando as terras da Amazônia Legal que são unidades de conservação (UCs), TIs e terras quilombolas (TQs), chamando atenção para a importância da grande extensão territorial do Amazonas e do Pará, com a maior integração rodoviária deste último. O estudo, como sugere o título, privilegiou a apresentação das dinâmicas criminais na região por meio de mapas, em que se representaram fluxos, mercadorias, atores e outros elementos importantes para o diagnóstico do problema da violência e do crime na região amazônica.

Conforme os autores da pesquisa:

No caso da Amazônia, para compreender a dinâmica da violência da região, é preciso antes rever quais são os principais ilícitos ambientais que cercam a floresta. Isso porque a disputa desigual entre os atores envolvidos na exploração ilegal dos recursos naturais e a população que luta pela preservação do território funda as bases sociais sobre as quais interagem as organizações criminosas e os atores envolvidos com a criminalidade da região (FBSP, 2022, p. 15).

Portanto, na mesma linha do estudo anterior, essa pesquisa também destaca a sobreposição de atividades ilícitas, com o imbricamento entre as dinâmicas próprias da região, marcadas pela questão ambiental, e os mercados das drogas ilícitas, principalmente o da cocaína, asseverando que

a própria geografia da região contribui para esta sobreposição, visto que as rotas, sejam fluviais, rodoviárias e aéreas, muitas vezes são as únicas existentes em determinadas territorialidades, contribuindo para que o mesmo modal seja utilizado com diferentes finalidades (FBSP, 2022, p. 38).

Além das rotas rodoviárias, prevalentes na Amazônia Oriental, e das rotas hidroviárias, predominantes na Amazônia Ocidental, existem ainda as rotas aéreas, que se utilizam das pistas de pouso clandestinas abertas no meio da floresta e de fazendas. Há espaços de conectividade entre diversos meios de transporte das drogas (e de outras mercadorias), possibilitando o uso de multimodais nos fluxos ilícitos que atravessam o território amazônico (FBSP, 2022), levando mercadorias para os mercados nacionais e internacionais.

Ainda segundo o relatório de pesquisa do FBSP,

as cidades de Belém e Manaus constituem-se como duas importantes metrópoles regionais que historicamente sofrem com problemas de violência urbana relacionados à presença de gangues, grupos de extermínio e tráfico de drogas, mas que foram agravados pela chegada das facções criminosas do Sudeste, sobretudo PCC e CV. Com o crescimento do tráfico de cocaína na Amazônia, essas duas metrópoles ficaram em evidência nas disputas pelo controle do mercado da droga, pois constituem importantes *hubs* da interação espacial das redes na região para a fluidez da droga em direção aos mercados nacionais e globais. Não à toa, grupos regionais do tráfico de drogas começaram a se organizar para controlarem as principais rotas de distribuição e consumo na região (FBSP, 2022, p. 42).

Constatação importante em ambos os relatórios para os propósitos deste trabalho é o aumento excepcional de violência verificada nos municípios que estão situados nas rotas fluviais ou rodoviárias do fluxo da cocaína e a relação desse aumento com a intensificação dos grupos criminais que se denominam “facções” (Soares, Pereira e Pucci, 2021). Também para o FBSP,

(...) é importante aqui reconhecer a importância para a dinâmica criminal da região do estabelecimento de organizações criminais, principalmente as de base prisional. O peso relativo destes grupos na configuração criminal, no Brasil como um todo e na região amazônica em específico, é significativo, tornando importante sua análise para compreender o cenário recente dos indicadores de violência e as interconexões entre diferentes modalidades criminosas, incluindo as ambientais. (FBSP, 2022, p. 38).

Nesse sentido, as pesquisas que se voltaram ao diagnóstico sobre a violência nos territórios da Amazônia corroboram análises que já vêm sendo realizadas há anos a respeito da expansão dos grupos faccionados do Rio de Janeiro e de São Paulo para outros territórios do Brasil, produzindo tensões, fricções, conflitos, violência e reconfigurando a dinâmica criminal e prisional do país (Dias, 2013; Manso e Dias, 2017; 2018; Paiva, 2018; Candotti, Cunha e Siqueira, 2017; Dias e Ribeiro, 2019; Siqueira e Paiva, 2019; Dias e Paiva, 2022).

O processo de expansão das facções e os arranjos e desarrajos que produzem são complexos e compostos de múltiplas camadas de significados e de múltiplos fatores impulsionadores e conformadores de seus efeitos. Além disso, as composições e as relações estabelecidas entre os grupos assumem formas variadas em diferentes contextos, da mesma maneira que o processo histórico de migração e chegada dos grupos originários do Sudeste nas mais distintas regiões brasileiras também apresenta muitas lacunas a serem superadas. A partir dos trabalhos comentados antes e do material que será apresentado na sequência, pretendemos contribuir para reduzir a lacuna da compreensão dos efeitos e das conformações locais e regionais que o processo de faccionalização e a ruptura entre PCC e CV provocaram na macrorregião Norte.

Em virtude dos inúmeros trabalhos cujo foco é dirigido aos mercados ilícitos, incluindo os atores, os produtos, as rotas, os modais de transporte etc., nossa abordagem incluirá, também, dimensões que foram menos exploradas na literatura e que, da nossa perspectiva, constituem um elemento central para compreensão dos fenômenos aqui analisados. As disputas morais no mundo do crime, a busca de legitimação por meio da reivindicação de

ser portador de uma ética criminal, conformam as disputas narrativas que sustentam argumentos para a defesa regionalista de territórios e de espaços ou para a construção de alianças estratégicas visando a preservar territórios e espaços do avanço de outros grupos. Afirmar que essa dimensão é central para a compreensão dos processos de disputas violentas que são constitutivos desse fenômeno não significa esvaziar a importância da dimensão propriamente econômica dessas disputas; implica em observar essas duas dimensões conformando o mesmo processo e a mesma dinâmica, operando em distintas camadas de sustentação das alianças ou das rupturas entre os grupos criminais, alinhando composições ou disjunções, produzindo legitimações morais com efeitos econômicos e práticas comerciais com lógicas atreladas à ética criminal. Trata-se de uma dimensão simbólica estreitamente vinculada à forma de atuação das facções prisionais-criminais e aos mecanismos de pertencimento, identificação e criação de vínculos engendrados por elas.

3.2 Macrorregião Norte: contexto histórico e análise das múltiplas e diversas configurações locais

A partir de bancos de dados construídos com material produzido pela imprensa brasileira e com a utilização de documentos internos aos grupos criminais, buscaremos caracterizar o cenário da macrorregião Norte em relação à atuação dos grupos criminais em cada estado, dentro e/ou fora das prisões e nas relações de cooperação ou conflito estabelecidas entre eles. Não necessariamente faremos uma abordagem de cada estado separadamente, mas, a partir do material consultado, buscaremos situar as relações que foram se produzindo entre os grupos, os discursos que os mobilizam, suas práticas e seus efeitos sociais.

O levantamento de material da imprensa do qual partimos nesta análise diz respeito a três bancos de dados diferentes entre si, a saber:

- banco de dados de notícias da imprensa sobre o PCC (1993-2020);
- banco de dados de notícias da imprensa sobre outras facções, exceto PCC (2010-2020); e
- banco de dados de notícias da imprensa sobre dinâmicas criminais e mercados ilícitos na Tríplice Fronteira Norte – Tabatinga/Letícia/Santa Rosa (2014-2021).

Trata-se de materiais coletados e organizados em projetos diferentes e em períodos distintos. Por isso, as categorias em que eles estão classificados são diferentes. Porém, procedemos à sua unificação tendo em vista a integração das informações do ponto de vista qualitativo. A fim de elaborar uma análise qualitativa desse material, visando a compreender a abordagem da imprensa a respeito das facções, fizemos um primeiro recorte a partir da dimensão macrorregional, acompanhando o desenho metodológico do projeto de pesquisa do Ipea chamado Dinâmicas da Violência no Brasil.

Após o recorte macrorregional, reunimos o banco de notícias sobre o PCC e o banco de notícias sobre outras facções, recortando categorias que eram comuns a ambos. Já o banco de notícias sobre a Tríplice Fronteira Norte (que não é restrito a notícias sobre facções, mas, sim, sobre a microrregião) não foi unificado com os demais, sendo utilizado para compreender alguns aspectos específicos dessa região, que é um território fundamental para as dinâmicas criminais que estamos analisando aqui.

O material da imprensa sobre a Tríplice Fronteira Norte, envolvendo as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), traz informações importantes

para contextualizarmos o cenário geográfico, cultural, social e econômico local e para nos aproximar de uma análise compreensiva do papel das facções e das transformações que esses grupos produziram nas dinâmicas criminais e de violência da região, tornando-as mais complexas e multifacetadas. Contudo, é importante reforçar que, ao contrário dos outros dois bancos de notícias, neste caso, trata-se de um recorte regional/local sobre a coleta das notícias e não com foco nas facções em si.

Além das notícias da imprensa, temos também um material produzido internamente a alguns grupos criminais, especialmente o PCC, composto de salves, estatutos, cartilhas e outros documentos que fazem parte de sua dinâmica interna. No caso do PCC, além dos documentos relacionados a instruções normativas, morais e disciplinares, há também uma série de documentos que conformam a rotina burocrática da organização e que se constituem como prestação de contas. Há, ainda, um grupo de materiais que tem por objetivo *fazer o acompanhamento e o controle organizacional* e que consiste em registros do número de integrantes da facção (*batizados*) e dos demais grupos presentes naquele território, em cada área onde o PCC está presente. Esse levantamento é feito regularmente e, embora não seja possível afirmar com exatidão a periodicidade em que ele ocorre – pois temos alguns desses documentos obtidos de forma aleatória e não sistematizada –, considera-se provável que seja mensal ou bimestral. Devido ao caráter desse documento, chamaremos esses levantamentos realizados pelo PCC de Censo. Eles apresentam uma estrutura homogênea, mas observam-se também diferenças entre eles. Alguns listam os grupos amigos, inimigos e neutros, citando também o número aproximado de integrantes de cada um desses grupos; outros distinguem esses grupos entre facções, grupos, bondes e guerrilhas. Em geral, a listagem é organizada por estados da federação, e em seguida se listam as facções que foram identificadas naquele estado. Porém, em alguns documentos, a organização é feita primeiramente a partir da classificação de facções amigas, inimigas ou neutras. Finalmente, em alguns desses levantamentos, o próprio PCC é incluído, juntamente com a informação do número de pessoas batizadas naquela localidade.

De qualquer forma, e a despeito de certa heterogeneidade entre os documentos, podemos afirmar que há interesse e esforço – ao menos por parte do PCC – de conhecer e de sistematizar as informações do contexto em que atuam, delineando elementos conjunturais que possam orientar ou subsidiar decisões ou estratégias daquela facção naquela localidade. Apesar da notável precariedade das informações e da falta de sistematicidade desses documentos, a própria reiteração desse trabalho de registro – que é realizado no âmbito da *Sintonia dos Estados e Países* e coletado pela *sintonia* de cada estado e país onde há a presença do PCC,⁶ em qualquer nível de estabilidade e segurança – é reveladora de uma engrenagem que é complexa, tanto em seu significado global quanto estrutural. Apresentaremos alguns desses documentos recortando as informações relacionadas à macrorregião Norte, que remetem a temporalidades distintas e a modelos distintos de exposição das informações.

6. A *Sintonia dos Estados e Países* é formada pela sintonia de cada estado brasileiro e de cada país em que o PCC está presente. A sintonia pode ser composta por dois ou mais integrantes do PCC que têm a responsabilidade sobre aquele território, envolvendo a ampliação do número de integrantes, a expansão de novos mercados, alianças, e também resolvendo conflitos, prestando contas dos gastos e dos lucros com as atividades ali desenvolvidas pelo PCC. Essas sintonias prestam contas sobre a situação do território sobre o qual são responsáveis no âmbito da Sintonia dos Estados e Países por meio de relatórios diversos e de reuniões/conferências regulares (semanais). São Paulo faz parte dessa sintonia, mas tem uma estrutura interna mais complexa, com subdivisões próprias. Além disso, a estrutura de São Paulo não está subordinada hierarquicamente à Sintonia dos Estados e Países. Acima da Sintonia de São Paulo e da dos Estados e Países está o Resumo ou Sintonia Geral Final. Essas sintonias em geral se subdividem em sistema (prisional) e rua. Contudo, a depender do tamanho do PCC no território, em caso em que seja mais incipiente, é possível que as mesmas pessoas ocupem essas duas posições. Também é importante dizer que muitas vezes a sintonia de um estado e país se encontra em outro estado. Alguns estados e países têm estrutura completa própria e não se subordinam mais à Sintonia dos Estados e Países. Nesses casos, são chamados de estados/países evoluídos. No final de 2022, essa era a condição de Bolívia, Paraguai, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. Contudo, trata-se de uma estrutura bem volátil, com mudanças constantes.

Entre 1990 e 2010, no banco de notícias da imprensa que tratam do PCC na macrorregião Norte, foram localizadas apenas quatro reportagens que mencionavam a atuação do grupo paulista.

A primeira notícia é de 2001, dias após a primeira megarrebelião promovida pelo PCC em São Paulo.⁷ A notícia traz a informação de que o PCC já se espalhava para sete estados, além de São Paulo. Destes, Rondônia é o único estado da região Norte mencionado na notícia, que apontava também que o preso do PCC que estava naquele estado teria vindo transferido do Paraná e estava envolvido na explosão do muro de uma casa de detenção em Porto Velho. Um ano depois, em fevereiro de 2002, Rondônia volta a ser objeto das notícias relacionadas a esses mesmos presos. De acordo com a notícia: “Rondônia recebeu dois membros do PCC transferidos do Paraná em 2000. Vilmar Ferreira Pinto, o ‘Paraná’, 40, está foragido. O outro, Luiz Frasão Corrêa, 50, está na Casa de Detenção Doutor José Mário Alves da Silva, conhecida como Urso Branco.”⁸

Em notícia de 2010, há a reprodução em veículo nacional de notícia do jornal *La Razón*, da Bolívia, que informa que “o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, o Comando Vermelho (CV), do Rio, e o cartel mexicano Zeta estabeleceram conexões com clãs familiares de narcotraficantes bolivianos”. Ainda segundo essa notícia, o vice-ministro de Defesa Social, Felipe Cáceres, disse que as três organizações criminosas estão agindo em sociedade, que PCC e CV teriam emissários operando na Bolívia e que o Brasil teria se tornado o principal mercado para a cocaína boliviana.⁹

No período 2011-2020, foram identificadas 63 notícias sobre o PCC na macrorregião Norte. As informações correspondentes a esse período foram agregadas ao banco de dados das “outras facções”. É importante mencionar que entre 2010 e 2013 não foram encontradas notícias sobre outros grupos faccionais na região Norte.

No que diz respeito a outros grupos faccionais, exceto o PCC, o levantamento das notícias da imprensa foi estruturado a partir das principais facções criminais atuantes no Brasil, conforme identificação preliminar de sua importância regional ou local. Ou seja, a busca na imprensa foi feita a partir dos nomes dos respectivos grupos, a partir de uma prévia identificação daqueles existentes. Isso significa que pode haver grupos que surgiram posteriormente ao período estabelecido na coleta e que, por isso, não constam no material coletado. Também pode haver grupos que foram mencionados, mas que já não existem, não operam ou não apresentam mais relevância. Portanto, a ausência de notícias sobre um dado grupo, em nosso levantamento, não significa necessariamente a inexistência de notícias a seu respeito na imprensa.

Vale lembrar que esse material tem valor para análise qualitativa e não quantitativa, apesar das representações de cunho quantitativo que estão presentes neste relatório. Trata-se de iluminar aspectos importantes das dinâmicas de representação dos fenômenos criminais na imprensa, que nos permitam delinear o fenômeno da chegada desses grupos em determinados períodos da história e os efeitos provocados nos territórios aonde eles chegaram.

7. Trata-se do primeiro episódio de rebelião coletiva nas prisões paulistas relacionado diretamente ao PCC. Na ocasião, foram 29 unidades prisionais paulistas em rebelião simultâneas e, pela primeira vez, foram expostas ao público fora do espaço prisional as bandeiras do PCC, com seus símbolos e seu lema.

8. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/osp/cotidian/ff2002200208.htm>. Acesso em: 23 fev. 2024.

9. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/07/15/pcc-dos-tucanos-toma-conta-do-traffic-na-bolivia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

Em sua maioria, os grupos que se verificou terem atuação na macrorregião Norte caracterizam-se por serem grupos menores e menos estabilizados no tempo e no espaço e, por isso, a dinâmica de fragmentação, fusão, absorção, aparecimento e desaparecimento é muito mais intensa.

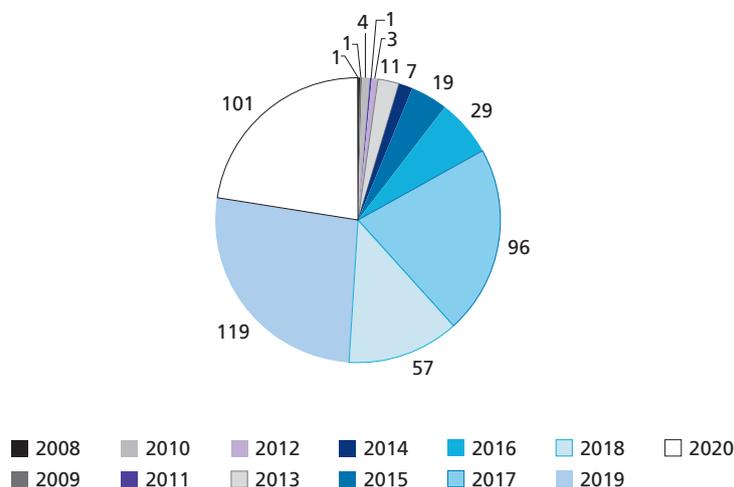
A despeito de lacunas que já foram percebidas – a ausência do grupo Crias da Tríplice Fronteira, a máfia tocantinense e os grupos surgidos mais recentemente, CDN e RDA por exemplo –, considera-se que o material é importante para retratar o processo histórico de faccionalização gradual da macrorregião Norte, delineando os contornos do ano, dos grupos, dos estados e dos conflitos que foram inserindo a região nos problemas sociais e políticos que já se conformavam como questões centrais na macrorregião Sudeste.

Enfim, os dados apresentados a seguir se referem a esse conjunto de materiais jornalísticos referentes ao período 2010-2020, filtrados pela variável macrorregião Norte. Trata-se de um total de 384 registros do banco de dados “outras facções” e de 63 notícias coletadas no banco de dados “PCC”. Observado o ano da notícia e, depois, o estado da região Norte ao qual as notícias se referem, o material está distribuído conforme indicado no gráfico 1.

GRÁFICO 1

Macrorregião Norte: notícias sobre facções por ano (2008-2020)

(Em %)



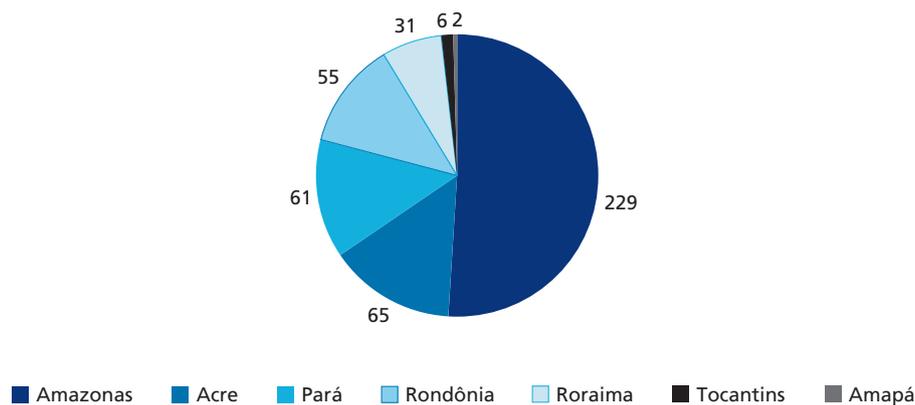
Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

A representação das notícias da imprensa sobre as facções é bastante indicativa do processo social que provocou as transformações na macrorregião Norte, a partir do deslocamento e da centralidade que as facções foram assumindo, paulatinamente, nas dinâmicas criminais desses territórios. Se entre 2008 e 2012 as notícias eram raras e pontuais, entre 2013 e 2016 percebe-se um avanço relevante no impacto que as facções produziam no noticiário da imprensa, ainda assim relativamente pequeno diante do que viria a ocorrer a partir de 2017. Como já foi assinalado aqui, em 2016 ocorreu a ruptura entre o PCC e o CV, o que produziu efeitos nacionais com impactos na violência dentro das prisões e nas taxas de homicídio, notadamente nos estados em que há maior fragmentação das facções. No bojo desse processo, o massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em Manaus (Amazonas), ocorrido em 1º de janeiro de 2017, destaca-se como um dos eventos mais emblemáticos e um marco em relação aos efeitos da faccionalização das dinâmicas prisionais e criminais na macrorregião Norte.

Se 2017 foi um ano diretamente impactado pelos acontecimentos do seu primeiro dia, percebemos que nos anos seguintes não houve um arrefecimento da abordagem das facções pela imprensa. Foi um tema que aparentemente chegou para ficar na região. Mesmo com a redução das notícias em 2018 (somando 57), os números apresentam crescimento relevante em 2019 (crescendo para 119) e 2020 (chegando a 101). Seja porque a questão das facções se estabeleceu na opinião pública como um fenômeno relevante, do ponto de vista da abordagem da violência na região, seja porque, de fato, esses grupos protagonizaram episódios com repercussão midiática, o fato é que esse conjunto de notícias evidencia a centralidade que esses atores assumiram para a compreensão dos cenários dessa região, bem como para compreender o aumento da violência em alguns territórios.

Além da representação da contagem de notícias por ano, a contagem de notícias por estado ao qual as notícias se referem corrobora a importância dos fenômenos mencionados aqui.

GRÁFICO 2
Macrorregião Norte: estados no noticiário da imprensa sobre facções (2010-2020)
(Em %)

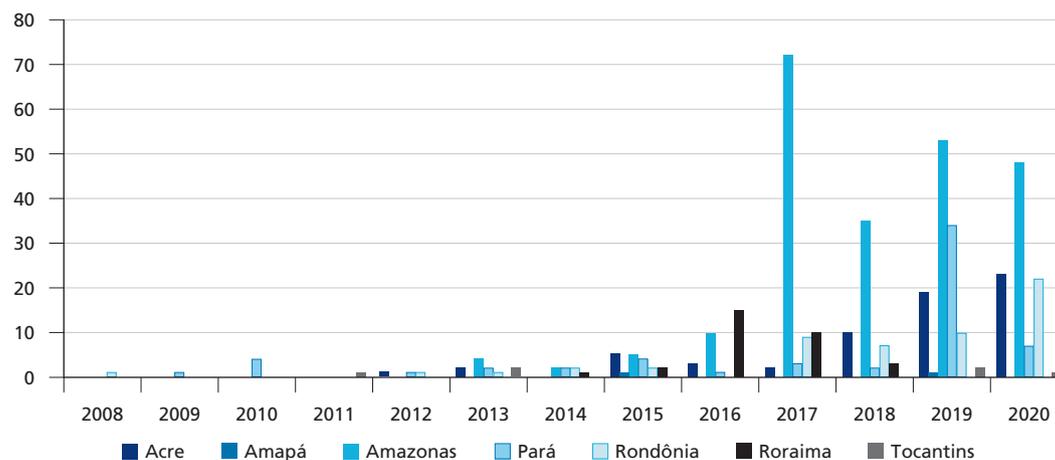


Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

Mais da metade das menções se refere ao Amazonas. A centralidade desse estado pode ser explicada não apenas por sua dimensão territorial – em relação à qual o estado do Pará também se destaca, mas nem por isso alcança essa centralidade na imprensa –, mas também por ter sido o palco principal da guerra que se desencadeou entre as facções prisionais. O massacre do Compaj é o marco desse contexto e conformou uma espiral de violência que se desencadeou no Amazonas, com destaque para alguns territórios específicos, como Manaus. A despeito dos efeitos provocados em toda a região, o Amazonas foi o epicentro desses conflitos. Berço do então principal opositor do PCC na região, a FDN, território por onde passam algumas das rotas mais importantes do narcotráfico e sede de um sistema prisional extremamente precário, o estado do Amazonas é uma peça-chave para se compreenderem as dinâmicas da criminalidade e da violência da região Norte.

Depois do Amazonas, o Acre é o estado que mais apareceu no noticiário da imprensa envolvendo as facções. Contudo, diferentemente do Amazonas, podemos perceber, ao analisar o gráfico 3, que, embora haja um número maior de notícias sobre o Acre a partir de 2018, desde 2011 se noticiam dinâmicas faccionais no estado.

GRÁFICO 3
Macrorregião Norte: notícias sobre facções por ano e estado (2008-2020)
 (Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
 Elaboração da autora.

Para compreender esse cenário, é relevante mencionar que, ao contrário do Amazonas, em que a FDN e o CV são protagonistas no período analisado,¹⁰ no Acre, o PCC apresentou um papel mais relevante no mesmo período, especialmente após se aliar a um grupo local, o Bonde dos 13. Em 2012, há notícias sobre a prisão de integrantes do CV no Acre e, em fevereiro de 2013, é reportada a realização da Operação Diáspora, que teria o objetivo de prender pessoas vinculadas ao PCC naquele estado. Em abril do mesmo ano, notícias reportam a transferência de presos do PCC, que estariam no sistema penitenciário acreano, para o SPF, com a finalidade de interromper a estruturação do PCC no estado. Essas notícias mencionam ainda a existência do Bonde dos 13 – do qual teria sido encontrado inclusive um estatuto –, que seria aliado e até financiado pelo PCC. Em 2015, reportagens narram novas apreensões de documentos do PCC e do Bonde dos 13 dentro dos presídios acreanos, apontando a participação de servidores públicos – especialmente policiais e policiais penais – nas atividades das facções.

A partir de 2018 – portanto, já no contexto da eclosão do conflito envolvendo PCC e CV –, há várias reportagens que tratam do aumento dos homicídios no Acre, especialmente na capital, Rio Branco. Ao que indicam as notícias e documentos do Ministério Público do Acre, a capital do estado vivenciou de forma dramática a disputa entre os dois grupos, ambos presentes em diferentes – e próximos – bairros e comunidades da cidade. A representação da violência deflagrada em Rio Branco envolveu a divulgação de imagens de forte apelo simbólico – como as que mostram jovens sendo torturados, mortos e, às vezes, decapitados –, expediente utilizado por ambos os grupos para a demonstração de seu poder.

No mesmo ano, numa série de matérias jornalísticas que tratavam do aumento dos homicídios no Acre, algumas autoridades atribuem o fenômeno à execução do narcotraficante Jorge Rafaat, ocorrida na cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai), em junho de 2016. De acordo com essa perspectiva, a execução do Rafaat teria garantido o controle do PCC sobre a rota das drogas que chegam ao Brasil via Paraguai e passam pelo por Mato Grosso do Sul em direção a São Paulo e outros estados do Sudeste. Segundo essa interpretação, o controle do PCC sobre essa rota teria forçado um deslocamento do CV para outras regiões do país, em busca de novas rotas para escoar seus produtos.

10. A despeito da evidente centralidade do PCC nesse cenário de conflitos.

Enquanto os estados do Amapá e do Tocantins apresentam um padrão menos recorrente de notícias, no caso de Rondônia podemos identificar uma recorrência entre 2016 e 2019 e um aumento relevante em 2020. É importante considerar que Rondônia foi palco dos primeiros conflitos envolvendo a ruptura entre PCC e CV, em outubro de 2016, e num contexto em que, para boa parte da imprensa, ainda não estava clara a dimensão que esse conflito assumiria. Sobretudo entre 2019 e 2020, há uma grande quantidade de notícias sobre a prisão de integrantes do CV e sobre conflitos que envolvem o uso de violência ostensiva que, da mesma forma como ocorreu no Acre, apelava à circulação de imagens de crimes violentos envolvendo supostos membros do CV e do PCC. Todavia, o estado de Rondônia tem a peculiaridade de abrigar a única penitenciária federal da região Norte, localizada em Porto Velho, de maneira que uma parcela significativa das notícias está relacionada à dinâmica própria dos presídios federais e não necessariamente à dinâmica criminal local.

O estado de Roraima é relativamente pouco representado no compilado de notícias que apresentamos. Uma das razões é, certamente, o recorte periódico, uma vez que as notícias relacionadas ao envolvimento das facções nos garimpos em TIs do estado, especialmente no território Yanomami, ainda não haviam alcançado a visibilidade pública que viriam a ter nos últimos dois anos.¹¹ Outro ponto importante relacionado a Roraima diz respeito a sua fronteira com a Venezuela, país que vivencia uma crise política, econômica e social que impulsionou a migração de milhares de pessoas e que, no caso do Brasil, provocou efeitos relevantes na cidade fronteira de Pacaraima e na capital de Roraima, Boa Vista. Várias reportagens mencionam as possíveis aproximações do PCC com imigrantes venezuelanos, seja apontando a vinculação com grupos criminais sediados no país vizinho, seja relatando como o PCC enxergou uma janela de oportunidades na condição de extrema vulnerabilidade dos imigrantes, estabelecendo mecanismos para sua cooptação. Foram ainda noticiados eventuais vínculos entre venezuelanos e o PCC estabelecidos dentro do sistema prisional de Roraima.

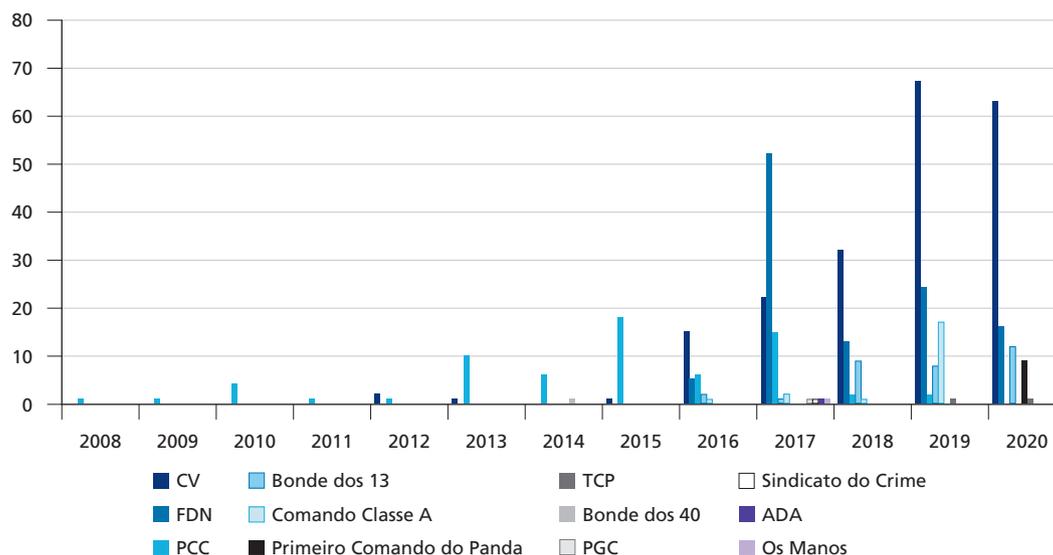
Roraima foi um dos primeiros palcos da eclosão da violência decorrente da ruptura entre CV e PCC. Em outubro de 2016, uma rebelião na Pamc deixou um rastro de quase uma dezena de mortos e prenunciou a matança que se agravaria meses depois. Inclusive, é a partir desta rebelião que a imprensa passa a atribuir a violência observada à ruptura entre CV e PCC.¹² Foi nesse mesmo presídio de Roraima que se deu a vingança do PCC contra a FDN e o CV, pelo massacre que estes últimos promoveram no Compaj, em Manaus, no primeiro dia de 2017. A retribuição do PCC ocorreu na madrugada do dia 5 para o dia 6 de janeiro daquele ano, deixando, como saldo, 31 presos mortos – todos, em tese, vinculados ao CV/FDN.

No que se refere ao Pará, o noticiário não faz menções significativas a facções de base prisional até 2019. Neste ano, contudo, o estado foi palco de um entre os mais sangrentos massacres prisionais da história brasileira, ocorrido no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no sudoeste do estado, em 29 de julho. Na ocasião, 57 presos foram assassinados, todos supostamente vinculados ao CV/FDN. Seus algozes integravam o grupo local CCA, aliado do PCC no estado. As notícias que aparecem ao longo do período apontam a presença do CV, tanto na capital do estado, Belém, como nas regiões onde se conhece a existência

11. Inclusive, é importante destacar a publicação *Yanomami sob Ataque – garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e as propostas para combatê-lo*, elaborado pelas associações Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, publicado em 2022, com dados de 2021.

12. Em entrevista à BBC Brasil, naquele outubro de 2016 e diante dos sinais de desestabilização que se faziam mostrar, ainda de maneira não expansiva, em vários presídios brasileiros, foi possível realizar uma análise daquele contexto, já prenunciando o provável aumento da violência no Brasil e o potencial disruptivo que a ruptura entre o PCC e o CV apresentava ao país. A despeito disso, a violência se espalhou no início de 2017, indicando a incapacidade ou a falta de interesse estatal em se adiantar ao que viera a ocorrer depois. A entrevista está disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37663153>.

GRÁFICO 5
Macrorregião Norte: facções no noticiário da imprensa, por ano (2008-2020)
(Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

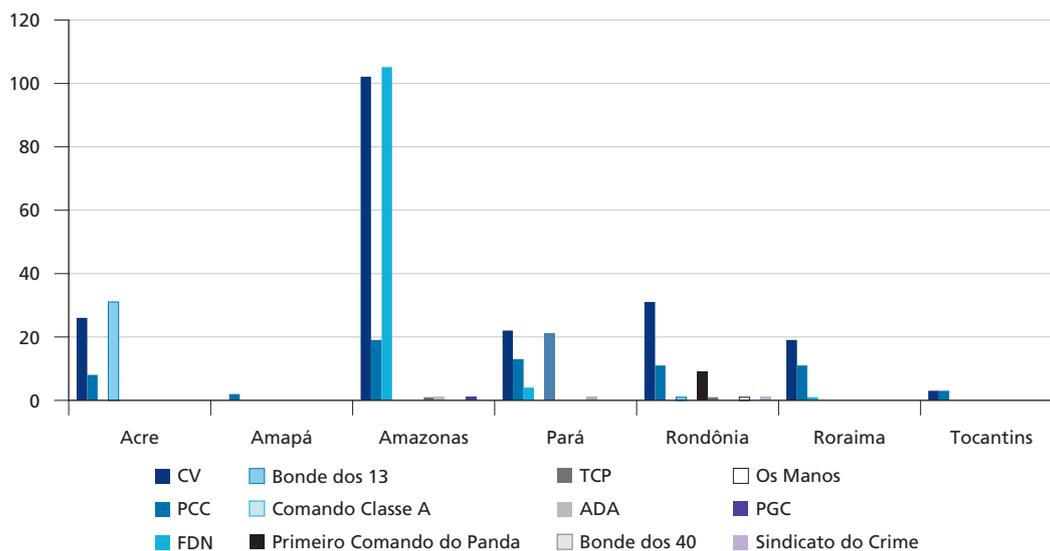
É a partir de 2016 que se avolumam as notícias envolvendo facções como um todo e que se observa um grande aumento das notícias sobre CV e sobre FDN, especialmente. Vale lembrar que, conforme apresentado antes, 2016 é o ano em que os tensionamentos relacionados à expansão do CV e do PCC acabam em ruptura entre esses dois grupos, com efeitos em Rondônia e Roraima, onde ocorreram as primeiras movimentações decorrentes dessa ruptura. Portanto, o aumento das notícias pode estar ligado tanto à expansão de ambos os grupos quanto ao alto patamar de violência dos conflitos que ocorreram após esse rompimento e que se agravou em 2017, com a ocorrência de mais uma onda de assassinatos dentro e fora das prisões, em vários estados brasileiros – talvez a maior dessas ondas (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022).

Entre 2012 e 2014, as notícias sobre o CV são bastante esparsas e escassas, mas aumentam exponencialmente a partir de 2015. Após 2016, ocorre o fortalecimento da aliança entre o CV e a FDN, inclusive em outras regiões do país e agregando grupos menores que também se opunham ao PCC, como o catarinense PGC. Em 2018, há também um volume substancial de notícias sobre outros grupos menores, como PGC (originário de Santa Catarina), CCA (Pará), Os Manos (Rio Grande do Sul) e Bonde dos 13 (Acre).

Quando cruzamos as informações sobre as facções com os estados nortistas mencionados na notícia, temos o que se mostra no gráfico 6.

O gráfico 6 permite observar que os grupos criminais mantêm seus respectivos territórios principais. Nesse sentido, é possível confirmar a centralidade do estado do Amazonas como território da FDN, seu berço e local em que esse grupo detinha forte enraizamento social e comunitário, especialmente em Manaus e região metropolitana. O gráfico indica ainda o Amazonas como território importante de atuação do CV – a relação entre CV e FDN no estado apresenta peculiaridades de que trataremos adiante.

GRÁFICO 6
Macrorregião Norte: facções no noticiário da imprensa, por ano (2008-2020)
 (Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
 Elaboração da autora.

Em contrapartida, percebemos que não há uma discrepância tão grande entre os grupos faccionais mencionados nas notícias, nos estados Pará, Roraima, Tocantins, Amapá e Acre. O PCC está presente em todos os estados, ainda que, em geral, se mostre minoritário em relação ao CV e aos grupos locais. No caso do Acre, em que há um volume significativo de notícias envolvendo o grupo local Bonde dos 13, e do Pará, em que as notícias mencionam o CCA, ambos os grupos locais atuam em aliança com o PCC, de forma que a compreensão desses cenários estaduais precisa ser feita a partir dessas relações entre os atores criminais e não de forma estanque. Isto é, ainda que minoritárias, as alianças estabelecidas com grupos locais e com forte pertença comunitária podem indicar a prevalência do PCC nesses estados. O fato de que a força do PCC nesses territórios está vinculada e dependente dessas alianças, por sua vez, pode indicar alguma fragilidade ou instabilidade potencial nesses cenários, uma vez que há a possibilidade de rompimento dessas alianças e mudança de lealdades.

Como já mencionamos antes, essa apresentação dos dados do material jornalístico de que dispomos não pretende ter um valor quantitativo ou estatístico. Trata-se apenas da representação no noticiário sobre a atuação das facções, que, não obstante, pode ser utilizada como pista para se compreender o processo de faccionalização criminal na região, que é, inclusive, atravessado pela centralidade que esses grupos vão assumindo na interpretação da imprensa sobre as dinâmicas do crime e da violência.

A presença e a atuação de grupos criminais de base prisional na macrorregião Norte também podem ser compreendidas a partir de alguns dos documentos elaborados pelo PCC com a finalidade de produzir um diagnóstico, interno ao grupo, acerca do cenário de cada estado, ao qual denominamos Censo. Os documentos apresentados a seguir foram recortados para a finalidade deste relatório, excluindo todas as informações relacionadas a outros estados e outras macrorregiões, a fim de circunscrever a descrição e as informações somente à região Norte. É importante observar, ainda, que os documentos foram selecionados considerando a diversidade das datas em que foram produzidos, tendo em vista a identificação de eventuais mudanças nos cenários descritos, bem como das diferenças na coleta e na organização das informações.

Censo PCC 1,¹³ outubro de 2016¹⁴

Criminalidade no Brasil

FACÇÕES CRIMINOSAS – NARCOTRÁFICO

REGIÃO NORTE

ACRE/AC

Primeiro Comando da Capital – PCC.

Comando Vermelho – CV.

Bonde dos 13.

AMAZONAS/AM

Família do Norte (associados CV).

Primeiro Comando da Capital – PCC.

PARÁ/PA

Família do Norte – FDN.

Primeiro Comando da Capital – PCC.

Comando Vermelho – CV.

Equipe Rex.

Bonde dos 30.

Comando Classe A.

(...)¹⁵

Neste primeiro documento, de outubro de 2016 – justamente quando foram deflagrados os primeiros conflitos prisionais associados à ruptura entre PCC e CV –, o levantamento interno do PCC segue a apresentação por estado, elencando as facções presentes em cada um deles, incluindo o próprio PCC. Nota-se que, em relação à macrorregião Norte, estão ausentes vários estados, inclusive estados importantes e que foram palco das cenas de violência ocorridas no período de levantamento das informações, como Roraima e Rondônia. Além desses, o documento não faz menção a Amapá e Tocantins.

Não temos informações sobre o contexto de produção e circulação dessas informações e, portanto, não podemos afirmar as razões dessas ausências, tampouco podemos confirmar se a ausência de Roraima e Rondônia é indicativa da impossibilidade de coleta das informações diante do cenário de conflitos e desestabilização da ordem prisional provocada pelas rebeliões ocorridas naquele mês. Tudo indica que a coleta foi realizada após esses eventos. Esse é o primeiro documento do tipo que recebemos e incorporamos ao nosso arquivo. Não sabemos

13. Essa nomenclatura – inclusive o nome “Censo” – foi elaborada por nós a fim de identificar cada um dos documentos.

14. Com a finalidade de suprimir informações muito específicas, retiramos o dia registrado nos documentos, deixando apenas o mês e o ano para referência na análise. Válido para todos os censos do PCC apresentados aqui.

15. O documento segue, a partir de cada macrorregional, elencando cada estado e os grupos presentes naquele local. Como se percebe, há lacuna de informações e ausência de vários estados da região Norte. A forma de apresentação e de organização desses dados foram aqui reproduzidos exatamente como estavam no documento original, transmitido por meio de aplicativo de mensagem. Os parênteses com os três pontos indicam a supressão de texto, referência válida para todos os censos do PCC apresentados aqui.

se ele foi o primeiro a ser produzido – o que poderia indicar que esses levantamentos do PCC estão diretamente associados ao cenário de “guerra” que se instalou naquele ano. (Vale registrar aqui esse contexto, bem como os limites para corroborar, ou não, essas suposições.)

O Censo 2, apresentado a seguir e referido a agosto de 2017, traz dados mais detalhados. Além de elencar o número de facções presentes em cada estado e de identificá-las como “amiga” ou “inimiga”, o documento indica o número de integrantes de cada um dos grupos, em cada estado, incluindo informações sobre o próprio PCC.

Censo PCC 2, agosto de 2017

(...)

Estado Amazonas BR¹⁶

Facção 1¹⁷

Inimiga FDN 6000

PCC 194

ESTADO Roraima BR

Facção 2

Inimiga FDN 300 CV 250

Amiga não¹⁸

PCC 1153

ESTADO Amapá BR

Facção 6

Inimiga UCA¹⁹ CV FDN 310

Amiga APS²⁰ velhuarda Família do Terror²¹ 400

PCC 259

(...)

ESTADO Pará BR

Facção 4

Inimiga CV FDN

Amiga PGN²² CCA OBS²³

PCC 389

(...)

16. O negrito no nome dos estados foi inserido pela autora do relatório a fim de melhorar a apresentação dos dados.

17. Nota-se, neste documento, que não está sendo contado o próprio PCC, apenas as demais facções.

18. Para vários estados da macrorregião Norte mencionados, este Censo aponta a inexistência de facções amigas. Porém, vale observar que, nestes estados, sempre há a presença do próprio PCC.

19. UCA – União Criminosa do Amapá.

20. APS – Amigos Para Sempre.

21. Família Terror do Amapá. Não localizamos nenhum grupo com o termo “velhuarda” no Amapá, de forma que entendemos que o termo se refere à própria Família Terror (talvez os membros mais antigos desse grupo).

22. PGN – Primeira Guerrilha do Norte.

23. “OBS” não sabemos a que se refere, possivelmente uma “observação” relacionada à ausência de quantitativo dos grupos apresentados na rubrica.

ESTADO Acre BR

Facção 4

Inimiga CV FDN 350

Amiga Bonde dos 13 10000 enfara²⁴ 4000

PCC 896

(...)

Estado Rondônia BR

Facção 2

Inimiga CV FDN 930

Amiga não

PCC 751

ESTADO Tocantins BR

Facção 1

Inimiga CV 300

Amiga não

PCC 612

(...)

Nós do apoio dos estados e gerais dos estados estamos pedindo apoio para a solução pra nós combatermos as facções inimigas nossa e exterminá-los da face da Terra.

O Censo 2 já se produz no contexto da polarização da dinâmica prisional e criminal que se estabeleceu no país em 2016 e em 2017, que elevou os conflitos violentos dentro e fora das prisões a um patamar inédito em muitas partes do país, onde cidades e/ou estados alcançaram taxas inéditas de homicídios.

Diferentemente dos demais documentos apresentados aqui, este Censo tem a peculiaridade de trazer a quantidade de integrantes de cada grupo – exceto em alguns casos –, o que nos permite ter uma dimensão mais clara da posição deles dentro de cada cenário estadual. É importante ressaltar novamente que essas informações devem ser lidas com cautela, uma vez que não puderam ser verificadas empiricamente. Não obstante, são elementos que auxiliam na compreensão descritiva e analítica do cenário das facções prisionais e criminais na região Norte, especialmente no que se refere à fragmentação dos grupos. Mesmo considerando a volatilidade desse cenário – que condena à desatualização qualquer abordagem mais estrita e definitiva desses dados –, essas informações contribuem para uma análise sobre a própria estabilidade (ou instabilidade) das facções nos estados e para a compreensão das rivalidades, clivagens ou alianças entre esses grupos na macrorregião Norte, bem como seus desdobramentos em outras macrorregiões do país.

O PCC dispõe de procedimentos regulamentados e objetivos de batismo, processo que produz a mediação da entrada, ou filiação de indivíduos à organização, delineando os seus contornos organizacionais de maneira clara. Tais procedimentos não reduzem a relevância

24. Ifara – Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana.

e a centralidade das relações comerciais e de colaboração que são estabelecidas com quem não é integrante do grupo. Os demais grupos de base prisional, por seu turno, não adotam procedimentos de ingresso de novos membros que sejam homogêneos ou sistemáticos. Ao contrário, em geral, há uma associação mecânica entre o indivíduo e a facção conforme o bairro, a unidade prisional ou o pavilhão por ele habitado, ou conforme suas relações de amizade e de negócios. Isso significa que devemos considerar que o levantamento realizado pelo PCC segue a própria lógica desta facção ao contabilizar membros, a qual não é necessariamente a mesma nos demais grupos.

Considerando todas essas ressalvas, o Censo 2 permite algumas considerações importantes sobre o contexto faccional dos estados da macrorregião Norte, em outubro de 2017. Em primeiro lugar, vale notar que, no Amazonas, não há menção ao CV. Naquele momento, o CV era aliado da FDN, cujo amplo domínio no estado era bem conhecido na época – aparecendo, inclusive, com a cifra de 6 mil integrantes. Pouco tempo depois, com a fragmentação que levou à dissolução da FDN (entre 2019 e 2021), houve uma migração de seus ex-integrantes prioritariamente para o CV, mas também para a composição de outros grupos. Assim, a ausência de CV no levantamento de 2017 pode indicar que, da perspectiva do PCC, naquele momento e exclusivamente no estado do Amazonas, havia uma indissociabilidade entre FDN e CV, com o protagonismo e centralidade da FDN.

A situação de Roraima também chama a atenção. Apesar de o Censo sugerir que o PCC, naquele estado, em 2017, estaria diante de duas facções “inimigas” (FDN e CV) e de nenhuma facção “amiga”, o contingente de integrantes atribuído ao PCC é muito maior do que o dos demais grupos, sinalizando o predomínio do PCC no estado e sua centralidade nas dinâmicas prisionais e criminais naquele ano. Isso é coerente com os processos e dinâmicas criminais que, pouco tempo depois, passaram a estar no centro do debate público, quais sejam: o crescimento dos crimes ambientais e contra povos indígenas naquele estado; as fortes suspeitas sobre a presença do PCC nos garimpos, especialmente na TI Yanomami; e a relação desses fatos com a intensificação da violência na região.²⁵

Nesse sentido, há uma forte hipótese de que a estabilidade da presença do PCC em Roraima, em 2017, permitiu sua atuação consolidada no estado, inclusive expandindo territórios e atividades sob sua influência e produzindo relevante enraizamento social e diversificação criminal em contextos geográficos, culturais e econômicos bastante diferentes daqueles em que o grupo atuava originalmente.

Ainda segundo o Censo do PCC, há no Amapá, assim como no Pará, grande fragmentação de grupos e relativo equilíbrio entre “amigos” e “inimigos” do PCC. No Amapá, o grupo paulista estaria em ligeira vantagem, considerando seus próprios membros e os integrantes dos grupos “amigos”, enquanto, no Pará, a ausência do número de integrantes dos grupos adversários torna difícil dimensionar exatamente o contexto do estado. Contudo, a análise de relatórios, da literatura e das notícias da imprensa indica um predomínio do CV nesse estado, ainda que permaneça um foco do PCC na região Sudoeste, nas proximidades de Altamira. A enorme extensão do território do Pará propicia dinâmicas interestaduais diferentes em cada sub-região, inclusive associadas às diferentes divisas do estado com outros estados e países.

Nos estados Acre e Tocantins, predomina o PCC, mas com formas diferentes de atuação em cada um. No Tocantins, não foram registrados grupos “amigos”, mas o número de

25. Esse diagnóstico está presente no relatório elaborado pelas associações yanomamis: *Yanomami sob Ataque: garimpo ilegal nas terras indígenas Yanomami e as propostas para combatê-lo*. Consultar Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana (2022).

integrantes do PCC supera o total de membros dos seus inimigos – 612 e 300, respectivamente. Já no Acre, a força do PCC parece estar relacionada a alianças que este mantinha com grupos locais – Bonde dos 13 e Ifara –, que somariam 14 mil membros, além dos 896 pertencentes ao próprio grupo paulista. Neste estado, os opositoristas CV e FDN teriam apenas 350 membros.

Por fim, a situação de Rondônia chama a atenção pelo equilíbrio numérico entre PCC e CV. Se não temos muitos elementos concretos para confirmar os números apresentados no Censo, a análise de outros materiais reforça a hipótese de certo equilíbrio entre as duas facções em Rondônia no período; um equilíbrio polarizado, podemos dizer, estabelecido pela inexistência de um ator principal. Essa situação, por sua vez, é produtora de violência e desestabilização da ordem, tanto dentro como fora das prisões. Vale lembrar que, em 2016, e também em 2017, Rondônia foi palco de rebeliões violentas. Além disso, trata-se do único estado da região Norte que abriga uma penitenciária federal, o que pode impulsionar dinâmicas criminais específicas. Não há, ainda, muitas evidências que permitam avaliar o impacto de uma unidade prisional federal em seu território, em termos das dinâmicas propriamente criminais. Contudo, é possível afirmar que, de maneira geral, essas unidades produzem efeitos sociais e econômicos nos locais em que estão instaladas. Tendo em vista que se trata de uma capital de estado situada em área de fronteira e de uma unidade prisional que, em tese, é reservada à indivíduos considerados lideranças de organizações criminais, é bastante provável que a presença ali de um presídio federal gere impactos relevantes sobre os mercados ilícitos e sobre as dinâmicas criminais locais.

O terceiro Censo elaborado pelo PCC, apenas dois meses depois do segundo, se diferencia bastante deste, já que apresenta as informações de forma mais simples e menos detalhada. Em contrapartida, este Censo traz uma categoria inexistente nos documentos anteriores: a das facções “neutras”.

Censo PCC 3, outubro 2017

☉☉ LEVANTAMENTO DAS FACÇÕES DOS 26 ESTADOS

●● FACÇÕES INIMIGAS.

(...)

● RO – CV, FDN

● Amazonas – CV, FDN

● Amapá – CV, FDN

● Pará – CV, FDN, Rex

● Acre – CV, FDN

● Tocantins – CV

● Roraima – CV, FDN

(...)

●●● FACÇÕES AMIGAS

●●● Pará – CCA

- Amapá – UCA
- Acre – B13, Infara
- Rondônia – Os Panda

(...)

Obs.: MS, Tocantins, Amazonas, Alagoas, Goiás, Roraima.

? ? FACÇÕES NEUTRAS

? PARA – PGN

? Amapá – Terror, APS²⁶

Em primeiro lugar, chama a atenção a maior quantidade de facções inimigas, o que é coerente com os dados apresentados anteriormente, que indicam a dificuldade de expansão do PCC nesta macrorregião – exceto nos estados de Roraima e Acre, onde o PCC teria uma condição mais favorável, seja atuando diretamente (Roraima) ou em parceria com grupos locais (Acre).

Entre as facções inimigas, permanece o domínio hegemônico da dupla FDN e CV – que, até aquele momento, atuavam em forte parceria contra o PCC nesta região e em outras localidades do Brasil. Além dessas, aparece o Grupo Rex no Pará – inexistente nos documentos anteriores, sugerindo tratar-se de um grupo pequeno, possivelmente localizado em uma unidade ou parte de uma unidade prisional. Vale dizer que, no levantamento realizado em 2019 (e apresentado na sequência), esse grupo não é mencionado, assim como não aparece no material de imprensa analisado.

Quanto às facções amigas, há duas novidades, além da manutenção das aliadas do Acre e do Pará. Uma delas é o grupo chamado Os Pandas em Rondônia, que não aparecia nos documentos anteriores. Trata-se de um grupo que, depois, veio a ser denominado Primeiro Comando do Panda, em referência à unidade prisional conhecida como Urso Panda, localizada em Porto Velho, onde o grupo foi criado e mantém sua base. Trata-se de uma facção diretamente associada a essa unidade prisional e que parece ter se estabilizado no estado, embora mantendo apenas alcance local. A outra novidade é a facção amapaense, UCA, que no documento anterior é classificada como inimiga do PCC, enquanto neste último aparece como amiga.

Finalmente, o elemento diferente de maior relevância parece ser a nova categoria de facções neutras, nem amigas nem inimigas do PCC. Nesse grupo foram incluídas duas facções do Amapá, que, no documento anterior, tinham sido classificadas como amigas (APS e Família Terror), além da paraense PGN, que também migrou de amiga para neutra.

Do ponto de vista analítico, a categoria neutras é interessante porque, em tese, romperia com a polarização estabelecida por PCC e CV, junto a quem os demais grupos se alinham. Embora essa categoria esteja presente em outros levantamentos do PCC, não parece que a existência de grupos neutros tenha se estabelecido a ponto de romper com a lógica binária e polarizada em torno da qual gravitam os grupos prisionais e criminais existentes no Brasil. Com o PCC de um lado e o CV de outro, os centros gravitacionais do crime continuam se

26. B13 – Bonde dos 13.

posicionando em extremidades, que puxam e absorvem grupos locais e regionais para sua órbita. Tanto o PCC quanto o CV parecem funcionar sob essa lógica, traçando estratégias para atrair aliados, especialmente em territórios importantes.

Por fim, o Censo realizado pelo PCC em outubro de 2019 (Censo 4, a seguir) novamente organiza as informações de maneira diferente daquelas apresentadas anteriormente. Seguindo a mesma lógica de classificação das facções em amigas, inimigas e neutras, esse levantamento inclui outras categorias para a designação dos agrupamentos criminais, como grupos e bondes, além da categoria facção. Esse documento inclui o levantamento das informações sobre grupos de outros países e o total de cada uma das categorias que utiliza.

Censo 4 PCC – *LEVANTAMENTO DAS FACÇÕES, GRUPOS E BONDES, AMIGAS, INIMIGAS E NEUTRAS*, outubro de 2019

FACÇÕES AMIGAS

ADE. *DE GOIAS – TO*

B-13. *DO ACRE – TO, PARÁ, MS, RO*

BDM. *DA BAHIA – TO*

(...)

TERROR. *DO AMAPÁ – MS*

CCA. *DO PARÁ – TO*

ADA. *DO RJ – PARÁ*

B-40. *DO MARANHÃO – PIAUÍ, PARÁ*

INFARA. *ACRE*

(...)

PCV. *DO ES – RO*

(...)

total de facções amigas *(15)*

GRUPOS AMIGOS

(...)

total de grupos amigos *(18)*

BONDES AMIGOS

(...)

total de bondes amigos *(11)*

FACÇÕES INIMIGAS

CV. *DO RJ – DE, GO ,+ PB , AM , RN , AP , PA , MA , TO , MG , AL , RS , MT , AC , PIAUÍ, RR , CE*.

FDN. *DO AMAZONAS – RN, PARÁ, PB, RO, PIAUÍ, RR*.

(...)

PGN. *PARA*

APS. *AP*.

(...)

total de facções inimigas *(10)*

GRUPOS INIMIGOS

(...)

UCA. *AMAPÁ*.

(...)

grupos inimigos *(06)*

BONDES INIMIGOS

(...)

Bondes inimigos *(03)*

FACÇÕES NEUTRAS

(...)

PCP. *RO*.

total de facções neutras *(02)*

GRUPOS NEUTROS

(...)

total de grupos neutros *(12)*

BONDES NEUTROS

(...)

total de bondes neutros *(05)*

FACÇÃO, GRUPO E GUERRILHAS DENTRO DOS PAÍSES

FACÇÃO: *BASE DE PERU*(VENEZUELA)

FACÇÃO: *TREM BOLIVAR*(VENEZUELA)

CARTEL DEL VALLE DEL PALCAZU(PERU)

FACÇÃO: *TRIPLICE*(PERU). COLÔMBIA, BRASIL

GUERRILHAS:

FARC(COLÔMBIA)

GUERRILHAS:

ELN (COLÔMBIA)

FACÇÃO GRUPO E GUERRILHAS DENTRO DOS PAISES

03 FACÇÃO

01 CARTEL

02 GUERRILHAS

27 facções

36 grupos

19 bondes

Obs.: qualquer dúvida pular no setor das facção dos estados

*ASS: PCC*²⁷

Nesse levantamento, chamam a atenção a classificação e a diferenciação, realizadas pelo PCC, dos demais atores criminais que colaboram, competem ou permanecem neutros em relação a sua própria posição no universo prisional e criminal. Não há no documento uma definição das três categorias de atores criminais coletivos, tampouco uma apresentação dos critérios para a referida classificação. Contudo, podemos indicar, como hipótese, que a extensão dos coletivos, sua estabilidade, complexidade organizacional e local de criação e de atuação podem estar na base da distinção entre eles. Além das categorias facção – dentro da qual podemos inferir que se situa o próprio PCC, embora nesse levantamento não haja a inclusão deles próprios –, grupos e bondes, nota-se ainda a inclusão de guerrilha e a sua associação bastante próxima da posição que, no debate público e no próprio campo acadêmico, costuma ser atribuída a esse ator. Entre as guerrilhas, encontram-se as conhecidas guerrilhas colombianas, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)²⁸ e Exército de Libertação Nacional (ELN). O documento menciona também um conjunto de atores criminais sul-americanos: um cartel localizado no Peru (Cartel do Vale Palcazu) e três facções, sendo uma delas atuante na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru, sobre a qual falaremos adiante) e duas na Venezuela (Base de Peru e Trem Bolívar).

27. PCP – Primeiro Comando do Panda; PCV – Primeiro Comando de Vitória.

28. Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia que, curiosamente, são representadas no documento como "Asfarc", incorporando o artigo definido ao nome do coletivo.

Em relação à posição dos atores criminais na sua relação com o PCC, chama a atenção o novo deslocamento de alguns deles em relação aos censos anteriores: APS (do Amapá) e PGN (do Pará) deixam de ser identificados como neutros e passam a ser classificados como inimigos, sendo que, em 2016, ambos eram classificados como amigos. Por outro lado, a Família Terror do Amapá – que em 2016 estava identificada como amiga e em 2017 foi classificada como neutra – em 2019 desliza novamente para a categoria das amigas do PCC. A UCA, outra amapaense, fora indicada como inimiga em 2016, mas desliza para a categoria de amiga em 2017, e em 2019 retorna para a posição original de inimiga do PCC. O PCP (ou os Pandas) de Rondônia, por sua vez, não aparece em 2016, mas é classificado como amiga em 2017 e como facção neutra, em 2019.

Por fim, o documento de 2019 traz algumas facções cujos territórios de origem e base de atuação são Goiás (Amigos do Estado – ADE), Rio de Janeiro (ADA) e Maranhão (Bonde dos 40), mas que estariam presentes também em estados da macrorregião Norte, em especial, no Pará (ADA e do Bonde dos 40) e no Tocantins (ADE).

O material apresentado até aqui oferece uma descrição e uma visão geral das condições históricas do processo de faccionalização nos estados da macrorregião Norte e dos efeitos locais e regionais desencadeados por esse processo. A ruptura entre PCC e CV, conforme procuramos apresentar, é estrutural e representa o ponto de partida para compreender as dinâmicas da região desde então.

A seguir, daremos sequência à análise, aprofundando alguns pontos específicos das dinâmicas criminais e dos arranjos coletivos – alianças ou conflitos – que se estabeleceram nesta parte do território brasileiro e que têm sido centrais para entender não apenas o cenário regional, mas toda a situação nacional.

4 ALIANÇAS, RUPTURAS, REALINHAMENTOS E A VIOLÊNCIA NA MACRORREGIÃO NORTE: A DISPUTA POR CORAÇÕES E MENTES NO CRIME

Conforme vimos no tópico anterior, a configuração da atuação das diversas facções na macrorregião Norte precisa ser compreendida a partir dos cenários de conflitos, alianças e disputas entre esses grupos, assim como dos arranjos que se produzem para assegurar a participação deles nos mercados ilícitos e no controle social das comunidades locais – tanto nas prisões quanto fora delas. Como cada estado apresenta características próprias, qualquer generalização incorre em riscos de se cometerem equívocos. Da mesma forma, a instabilidade de muitos desses cenários impede que se façam afirmações definitivas sobre quais facções estão presentes e/ou predominam em cada território.

Tão importante quanto apontar os grupos presentes em cada estado ou as atividades e mercados ilícitos relevantes em cada um deles – e que podem ser objetos de disputas – é compreender a maior ou menor estabilidade daquele cenário. E, para isso, é necessário aprofundar o conhecimento sobre os arranjos estabelecidos entre os atores, os discursos e práticas mobilizados para acessar mercados ou conseguir adesões e lealdades, as interconexões entre prisão e rua e entre mercados, as relações entre atores criminais, estatais e privados e as bases morais, sociais e culturais (ou de outra natureza) que orientam os discursos e narrativas acionados pelos grupos criminais para obter legitimidade.

Não é possível compreender de forma adequada os cenários de crime e violência associados às facções se focarmos apenas na dimensão econômica dos mercados ilícitos, perdendo de vista elementos que remetem ao universo dos valores, das crenças e significados em torno dos quais elas se organizam, assim como às relações de afeto e de confiança que se estabelecem entre seus integrantes. Sendo assim, nesta seção exploraremos algumas dessas dimensões, que envolvem – mas, muitas vezes, ultrapassam – a dinâmica propriamente econômica dos mercados ilícitos, implicando em disputas com outros componentes. Embora não seja possível dar conta de todos os cenários da macrorregião Norte – na medida em que eles diferem de um estado para outro, e também dentro de um mesmo estado –, abordaremos alguns que se mostram bastante relevantes para a compreensão do processo de faccionalização que afetou a região nos últimos anos.

Embora minoritário no Pará, o PCC conseguiu se estabelecer em algumas sub-regiões do estado, utilizando como estratégia central a aliança com o grupo local, CCA. Nos documentos que serão transcritos a seguir, podemos observar os contornos dessas relações.

Em maio de 2017, o CCA divulga um salve anunciando a aliança com o PCC e explicando as razões dessa decisão.

Salve 4 – Comando Classe A, maio de 2017

COMUNICADO ▲

COMANDO CLASSE A BR

C.C.A PARÁ 331

DATA: 10/05/2017

(...) VIEMOS ATRAVÉS DESSE EDITAL PARA COMUNICAR A TODO O CRIME DO SÓLO BRASILEIRO SOBRE *O LAÇO DE AMIZADE ENTRE C.C.A 331 PARÁ COM O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL; O, P.C.C 1533.*

A FACÇÃO C.C.A FOI CRIADA NO ESTADO DO PARÁ NA *CIDADE DE ALTAMIRA* NO DIA *18/09/2008* NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL C.R.R.ALT NO BLOCO ANEXOS (A).

E QUE APÓS ANOS DE LUTAS CONTRA A MÁQUINA OPRESSORA DENTRO E FORA DO SISTEMA CARCERÁRIO DE ALTAMIRA (...) *COMEÇARAM A TRANSFERIR ALGUMAS DE NOSSAS LIDERANÇAS PARA UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL DO ESTADO, FOI A ONDE VIEMOS TER A VISÃO DE VÁRIAS CENAS DE OPRESSÃO E TIRANIAS DESAGRADÁVEIS (...) E NÓS DA C.C.A, E AMIGOS DO P.C.C NÃO PODÍAMOS FALAR OU FAZER NADA POR SERMOS MINORIAS DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO, E VIVERMOS SOBRE A FORÇA DESSES FALSOS CRIMINOSOS, FOI ONDE VIEMOS A CONSTRUIR UM LAÇO DE AMIZADE E COMEÇAMOS A CRESCER NAS UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL DO ESTADO (...)*

DEPOIS QUE CRIAMOS FORÇAS E ANUNCIAMOS NOSSA CHEGADA DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL *O CV COMEÇOU A NOS DESRESPEITAR, FALTANDO ÉTICA, VEIO A LEVANTAR VÁRIAS CALÚNIAS CONTRA NÓS DO COMANDO CLASSE A 331 PARÁ BR (...)* *O CV PASSOU A MOSTRAR SUA VERDADEIRA FACE DE OPORTUNISMOS E INJUSTIÇA NOS TIRANDO DE DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS DE NOSSO ESTADO SE APODERANDO DE NOSSAS COISAS DENTRO DO SISTEMA, NOS JOGANDO NAS FRENTE DA CADEIA, OBRIGANDO A NOSSOS IRMÃOS RASGAREM NOSSO MANTO FOI A ONDE OS AMIGOS DO P.C.C VIERAM NOS ACOLHER EM SUA*

UNIDADE MOSTRANDO LEALDADE RESPEITO E COMPANHEIRISMO PARA COM NOSCO DO COMANDO CLASSE A.

A ONDE TAMBÉM ACOLHEMOS OS AMIGOS NAS UNIDADES ONDE PRÉ DOMINAMOS E HOJE DIVIDIMOS OS MESMOS ESPAÇO COM OS AMIGOS DO P.C.C DEBAIXO DO RESPEITO DA IGUALDADE, UNIÃO E DISCIPLINA, VISANDO SEMPRE A ÉTICA DO CRIME JUSTO E CORRETO.

C.C.A DEIXA BEM CLARO QUE NÃO COMPRAMOS GUERRA DOS AMIGOS DO P.C.C MAS DEVIDO A VÁRIAS INJUSTIÇAS COMETIDA PELO CV.RL DENTRO E FORA DOS SISTEMAS COM NOSSOS IRMÃOS E TAMBÉM COMPANHEIROS E AMIGOS DO P.C.C É QUE DEPOIS DE UM DIÁLOGO ENTRE A SINTONIA FINAL DO COMANDO CLASSE A 331 PARÁ BR E A GERAL DO ESTADO DO PRIMEIRO COMANDO DACAPITAL O P.C.C DECIDIMOS NOS UNIR NESSA GUERRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DE SANGUE NUM NUM SÓ OBJETIVO QUISER E ELIMINAR TOTALMENTE O CÂNCER DO CRIME BRASILEIRO QUI É O (COMANDO VERMELHO) (...)

O COMANDO CLASSE A JÁ VEM EM CIMA DESTE EDITAL JÁ AGRADECER OS AMIGOS DO 1533 PELO APOIO E A CONSIDERAÇÃO PRESTADA PARA CONOSCO DO COMANDO CLASSE A (...).

PS: CONSELHO FINAL C.C.A

PS: SINTONIA FINAL C.C.A

COMANDO CLASSE A BR

Em 2017, as prisões paraenses apresentavam sinais de grande tensionamento, no bojo dos massacres que, naquele ano, já tinham assolado unidades prisionais de outros estados da região Norte.²⁹ Em abril de 2018, uma tentativa de resgate de presos de uma penitenciária na região metropolitana de Belém resultou em 21 mortes. Entre os mortos, dezesseis presos e cinco pessoas que, supostamente, pretendiam resgatá-los. Houve ainda vários feridos, entre presos e policiais penais. O CV, que controlava aquela unidade prisional, circulou dois comunicados sobre o ocorrido, decretando, em um deles, luto em todo o sistema carcerário do estado.

Salve 5 – CV-PA

11/04/2018

NOTA DE ESCLARECIMENTO

*Viemos através deste informar a todos irmãos do GP FINAL ESTADOS É PAÍSES que nós CVRLPA estamos em uma guerra árdua contra os governantes, a máquina opressora do estado do Pará, o sistema prisional que são polícia mas, na verdade, são milícia, não dão conta de nos matar na rua e estão matando gente inocentes nas ruas e matando nossos irmãos dentro do sistema, na sujeira, igual eles fizeram hoje um massacre dentro do CRPP3 tentando nos oprimir pensando que vamos (...)

SE EU AVANCAR SIGA-ME

SE EU RECUAR MATE-ME

SE EU MORRER VINGA-ME. (...)

ATT: CONSELHO CV RL PA ALBR **L R L J U*

29. Como os que aconteceram no Compaj, do Amazonas, e na Pamc, de Roraima. Consultar Manso e Dias (2018).

Salve 6 – CV-PA

Data 11/04/18

● *SALVE GERAL* ●

Viemos pedir para todas unidades do sistema do estado do Pará.

Quem visitar amanhã vamos manter todo o cárcere em silêncio, por motivo de condolências e manifestação pacífica dentro do sistema.

Sem sons ☯

Isso mostrara um pouco da nossa união e respeito aos irmãos que tiveram suas vidas ceifadas covardemente depois desse massacre.

É o mínimo que podemos fazer nesse momento de dor e tristeza.

Contamos com a colaboração de cada criminoso independente facções, famílias e, sim, amor ao crime do estado do Pará.

Que hoje teve uma perda sem tamanho que irá ficar marcada nos nossos corações.

Desde já agradecemos pela atenção e compreensão de todos, muita fé em Deus.

ATT: CONSELHO C.V RL PA E RJ ► BR

Contudo, os acontecimentos de 2017 e 2018 apenas prenunciavam o massacre que ocorreria em 2019 no Pará, mais especificamente na cidade de Altamira. No dia 29 de julho, presos identificados como membros do CCA colocaram fogo na área onde estavam custodiados os membros do CV, provocando a morte de um total de 57 presos do Centro de Recuperação Regional de Altamira. Na ocasião, dezesseis deles foram decapitados. A barbárie conseguiria superar o massacre do Compaj (de 2017) e marcaria a presença do CCA/PCC na região sudoeste do estado.

No caso do Acre, a forte presença do PCC também esteve associada à aliança com um grupo local, o Bonde dos 13. Conforme o Censo do PCC, apresentado anteriormente, o Bonde dos 13 teria 10 mil membros, sendo, portanto, um grupo forte e hegemônico no Acre. Não temos muitas informações sobre como são contabilizados os membros de cada grupo ou como são compreendidas as relações de membresia dentro deles nem sobre o efeito concreto dessas relações e qual a força do vínculo que se produz. De qualquer forma, é evidente que a oposição polarizada, em relação ao CV, se conforma a partir dessa aliança.

Em 2017, um salve do Bonde dos 13 faz uma sintética exposição do xadrez que envolve as alianças e as relações de oposição estabelecidas entre os diversos grupos, situando, em órbitas diretamente opostas, PCC e CV, e, em consequência disso, todos os grupos que gravitam em torno de um ou de outro.

Salve 7 – Bonde dos 13

Data: 06/04/2017

✎ A “sintonia geral B13” vem por meio dessa informar por águas transparentes a todos irmãos(a) B13, que estamos em um diálogo produtivo com a cúpula da *facção ADA* do RJ, onde fechamos um laço de amizade e desde já estes serão bem recebidos em nossas unidades e em quebradas B13, lutaremos sempre por um crime puro onde todo e qualquer um que fecha com o certo terá nosso apoio!

Salve 9 – CV-AP, maio de 2017

12/05/2017

FAMÍLIA *CV PGC FDN CCA SDC OKAIDA*³¹ CREIO QUE TODOS SÃO CIENTES E PROVA VIVA DOS ÚLTIMOS ANOS A FORMA QUE O PCC 15-33 VEM AGINDO NOS ESTADOS *COM TOTAL DESRESPEITO AO CRIME CORRETO E AS FACÇÕES ORIUNDAS*. DURANTE ANOS NOS DO CV VIEMOS BUSCANDO O DIÁLOGO COM A SINTONIA DO RESUMO DISCIPLINAR, TENTANDO MANTER A PAZ E O SOSSEGO ENTRE O CRIME ORGANIZADO. PORÉM MANDAMOS VÁRIOS RELATÓRIOS ANALISADOS E COMPROVADO PARA SINTONIA DO PCC E NUNCA TIVEMOS UMA RESPOSTA DA PARTE DELES. *SABEMOS DO DESRESPEITO COM NOSSOS ALIADOS FDN NO AMAZONAS ASSIM COMO TAMBÉM AOS NOSSOS ALIADOS DO PGC SANTA CATARINA E EM VÁRIAS ESTADOS TAMANHO DESRESPEITO QUE GEROU GUERRAS EM ESTADOS COM FACÇÕES ORIUNDAS*. O PCC POR ESTA EM VÁRIOS ESTADOS QUERENDO OPRIMIR FACÇÃO ORIUNDAS E TOMAR O ESTADO DE FACÇÕES ORIUNDAS *NOS DO CV SEMPRE TIVEMOS O DIÁLOGO MAIS AS COISAS FORAM DE MAU A PIOR POR ELES SE ACHAREM MAIORAL SE ACHAREM DONOS DO CRIME NO BRASIL (...)* PORÉM NA DATA DE ONTEM COVARDIMENTE O PCC INVADIU PAVILHÃO NA CADEIA DO ESTADO DE RORAIMA ONDE CONVIVEM NOSSOS IRMÃOS DO CV NA HORA DA VISITA E TIRARAM VIDAS DE NOSSOS IRMÃOS E COMPANHEIROS COVARDEMENTE (...). ENTÃO NÓS, O CRIME CERTO JUSTO E CORRETO ESTAMOS UNIDOS AQUI, A GUERRA FOI DECLARADA VIDA SE PAGA COM VIDA, SANGUE SE PAGA COM SANGUE. (...) PEDIMOS ATENÇÃO DE NOSSOS LEAIS ALIADOS PARA PLANEJAR UMA TÁTICA, ARQUITETAR NOSSO ATAQUE EM FORMA DE DEFESA E COBRANÇA AO NOSSO SANGUE. *AS IDÉIAS E INTUITO QUE TEMOS A DIRECIONAR A VCS ALIADOS LEAIS E QUE TODOS NOS JUNTOS CV PGC FDN SDC OKAIDA CCA IREMOS ATACAR E BANIR O PCC DE NOSSOS ESTADOS ONDE SOMOS PREDOMINANTE. JUNTOS IREMOS CONTRATAR EM VÁRIOS ESTADOS AO MESMO TEMPO NO SISTEMA E NA RUA (...)*.

DA PARTE DO WL CV ESTADO DO AMAPÁ.

Salve 10 – CV-AP, outubro de 2018

COMANDO VERMELHO AMAPÁ CV.AP

SALVE GERAL

APÓS REUNIÃO DO CONSELHO GERAL CV.AP + CONSELHO U.C.A DECIDIMOS TRANSPARECER POR MEIO DESTES SALVE AS DETERMINAÇÕES A SEGUIR. A PARTIR DESTA DATA DE HOJE NÓS, COMANDO VERMELHO AMAPÁ E UNIÃO CRIMINOSA DO AMAPÁ DEMOS AS MÃOS E JUNTOS LUTAREMOS INCANSAVELMENTE PELOS NOSSOS OBJETIVOS EM BUSCA DE UM CRIME MELHOR PURO E VERDADEIRO E LUTAREMOS DE UNHAS E DENTES CONTRA TODA E QUALQUER TIPO DE OPRESSÃO DENTRO DO NOSSO ESTADO VISANDO SEMPRE A PAZ AO CRIME PURO E O PROGRESSO E UNIÃO DE NOSSOS IRMAOS AMIGOS E COMPANHEIROS.

***QUEREMOS DEIXAR CLARO A TODO E QUALQUER INTEGRANTES DA U.C.A QUE ESTIVER EM QUALQUER QUEBRADA EM QUALQUER ESTADO ONDE TEMOS IRMAOS DO CV.RL PODEM BUSCAR NOSSA SINTONIA QUE SERÁ BEM RECEBIDOS E TRATADOS COMO IRMÃOS.* (...)**

CV.RL-AP + U.C.A-AP

31. Aqui é mencionada a Okaida, facção criada e atuante na Paraíba, inimiga do PCC.

ESPERO QUE OS IRMÃOS TENHAM ENTENDIDO POIS ACHO QUE FICOU BEM ESPECIFICADO.

AGRADEÇO PELA ATENÇÃO E COMPREENSÃO DE TODOS.

LIBERDADE, RESPEITO, LUTA, JUSTA E UNIÃO

MACAPÁ AP 11 DE OUTUBRO 2018

CONSELHO PERMANENTE CV AMAPÁ

Salve 11 – CV-AP, novembro de 2019

04/11/2019 – *COMANDO VERMELHO AP RJ*

Nota de esclarecimento

Vinhemos através deste TRANSPARECER a todos irmãos (a) amigos e companheiros que fecham 100% com nós as determinações a seguir.

*1) Facção criminosa ORIUNDA do estado do AMAPÁ denominada (U.C.A UNIÃO CRIMINOSA DO AMAPÁ) *não são mais nossos aliados e não fecham mais 100% com nos CV.RL, por tanto não somos mais membros do mesmo corpo.**

2) Os motivos qual nos levou tomar essa decisão foi pelo motivo de que um membro da U.C.A (...) espancou um irmão nosso CV.AP (...) no pavilhão P3 onde a disciplina e da U.CA.

3) Nosso Conselho CV.AP procurou o CONSELHO DA U.C.A para pedir uma explicação sobre a questão onde se tratava de um membro deles (U.C.A) espancado um irmão nosso CV.AP no pavilhão onde a disciplina é da U.C.A, porém fizeram isso sem antes terem procurado nossa sintonia do CV.AP para resolvermos da melhor forma. E assim ouvindo os dois lados da moeda em decisão unânime punir o errado e fazer o certo prevalecer e o respeito que é de praxe a ser mantido.

4) Ao procurarmos o CONSELHO DA U.C.A que de bate pronto nos deu atenção e nos passaram o entendimento que tinha sido uma atitude isolada do irmão deles (...) e que o CONSELHO da U.C.A não tinha ciência disto. No automático nos CV.AP pedimos a exclusão do mesmo que espancou nosso irmão batendo de pau no rosto e em todo corpo, tomando atitude opressora que não condiz com o certo justo e o correto, para assim nós cobrar altura.

4) No outro dia a U.C.A que predomina no pavilhão F4 e P3 fizeram uma reunião, chamaram todos os nossos irmãos CV.AP que moravam no convívio deles e mandaram se retirar do convívio do pavilhão deles sem mais nem menos. Não nos deram uma explicação plausível para tamanho desrespeito.

*Sendo assim jamais vamos dar o RESPEITO em cima do DESRESPEITO. Nossos irmãos não são estupradores nem caguetas nem talaricos para serem oprimidos e tratados desta forma. Quero deixar claro a todos os irmãos, amigos e companheiros de todos ESTADOS e PAÍSES predominante pelo CVRL que *a partir da data de hoje está banido quaisquer membro da U.C.A que pisar em nossa quebrada que seja predominada pelo CVRL, na rua ou no sistema, também não serão aceitos em nosso meio e serão tratados da mesma forma que trataram Nossos irmãos CV.AP**

Deixamos claro a todos para tomarem conhecimento que U.C.A não são mais nossos aliados, porém não são nossos inimigos.

Macapá AP 04 de novembro 2019

Att: Conselho Geral CV.RL-AP

Esses dois últimos salves do CV do Amapá anunciando a aliança com a UCA e, depois, o rompimento, evidenciam que a construção desses laços, assim como a sua ruptura, está relacionada a normas regulatórias do universo criminal – especialmente dentro do espaço prisional – e à conformidade com uma ética que os diferentes grupos reivindicam para si mesmos. Nesse sentido, as narrativas de ruptura se articulam também em torno da ausência dessas mesmas normas e ética no grupo opositor. Vale lembrar que o estopim para a ruptura entre CV e PCC, que provocou a reconfiguração criminal do Brasil em 2016, foram conflitos envolvendo integrantes dessas duas facções, em estados em que nenhum deles tinha hegemonia sólida e estavam inseridos numa corrida por novos integrantes. É importante situar esses elementos factuais para que se considere com cautela a narrativa predominante na imprensa (assim como nas polícias e até no meio acadêmico), que associa diretamente essa ruptura à disputa por rotas de escoamento de drogas (alguns, inclusive, apontando a disputa específica pela rota do rio Solimões) e à execução de Jorge Rafaat, em Pedro Juan Caballero.³²

Entendemos que não há evidências suficientes para respaldar esse argumento, mas tão somente uma concepção parcial e redutora das relações entre os grupos criminais, limitadas à dimensão econômica, que despreza elementos morais, valores e discursos nos quais tais grupos se apoiam para regular suas relações e buscar legitimação junto aos demais integrantes e às comunidades onde estão inseridos.

Os documentos a que tivemos acesso (salves) contêm inúmeros outros exemplos de alianças e rupturas moldadas a partir de elementos morais e da ética do crime, envolvendo outras facções e outros estados da macrorregião Norte, que não serão aqui apresentados tendo em vista a similaridade que guardam – nos fatos e na narrativa moral e acusatória – com os documentos já transcritos.

Na próxima seção, será apresentado um caso fundamental para se compreender a dinâmica das facções, não apenas na macrorregião Norte, mas em todo o território nacional, bem como os meandros dos processos de construção de grupos criminais, com suas lealdades e relações de confiança, seus ritos e símbolos de pertencimento e de coesão de grupo.

5 A ASCENSÃO VERTIGINOSA E A DECOMPOSIÇÃO METEÓRICA DA FDN

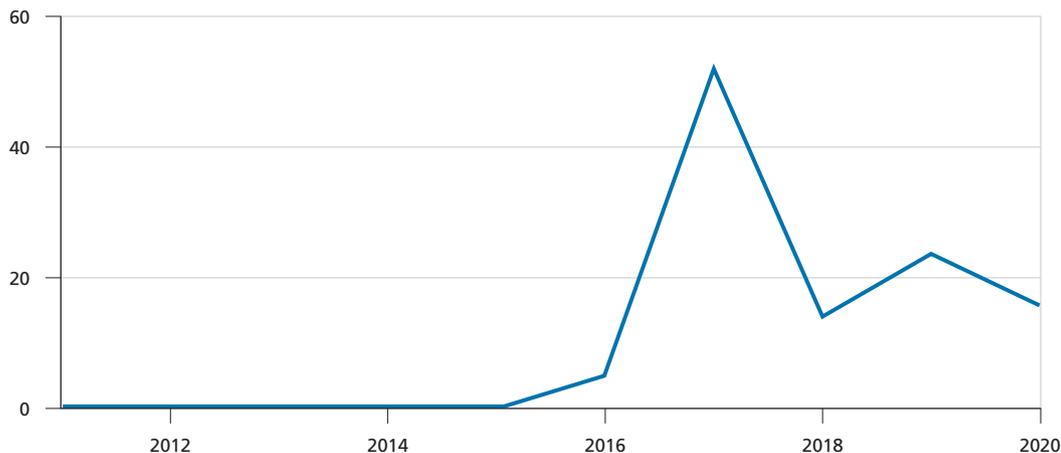
A partir de 2015, a FDN era considerada um dos principais grupos criminais do Brasil, atrás apenas de PCC e CV. A despeito de ser um grupo relativamente novo, fundado em 2007 (Siqueira e Paiva, 2019) e de ter sua base social e comunitária fundada num território específico, a cidade de Manaus (Amazonas), principalmente no bairro da Compensa, a FDN assumiu rapidamente uma posição central nos mercados ilícitos brasileiros, no sistema prisional e nos conflitos que explodiram no país a partir de 2016, constituindo-se como um vetor importante, ao lado do CV, no enquadramento binário do universo criminal que se configurou no Brasil desde então.

A partir do material da imprensa apresentado antes, fizemos um recorte apenas com as notícias sobre a FDN, que são bastante indicativas do processo social relacionado a esse grupo. O curto período entre sua ascensão e queda vertiginosas refletem inúmeros conflitos e desavenças internas, registrados em vários salves que coletamos.

32. Consultar Manso e Dias (2018).

GRÁFICO 7

Região Norte: registro de ocorrências ou notícias veiculadas sobre a FDN na imprensa, por ano (2010-2020)



Fonte: Acervo pessoal (2010-2020).
Elaboração da autora.

As notícias sobre a FDN começam a aparecer de forma tímida em 2015, sendo que em 2016 e 2017 se ampliam de forma vertiginosa, até começarem a decair a partir de 2018. A existência e a estrutura da FDN ficaram nacionalmente conhecidas por meio da Operação La Muralla, desencadeada pela Polícia Federal e outros órgãos de segurança, entre 2014 e 2016. Assim, o período de início da representação desse grupo na imprensa coincide com o período de divulgação das informações dessa operação, que detalhou o seu funcionamento, incluindo as relações de corrupção que envolviam várias autoridades do governo do estado do Amazonas.

Conforme apontam Siqueira e Paiva (2019), a criação da FDN, assim como ocorreu com outras facções, foi apoiada num discurso ideológico que mobilizava sentimentos de pertencimento, identidade e lealdade em torno de valores associados às formas de *fazer o crime*. Os autores também chamam a atenção para a perspectiva regionalista que muitas vezes esteve presente no discurso da FDN. Por meio do mote “No Norte tem Comando”, essa facção reuniu pessoas em torno de uma comunidade moral, com laços de pertencimento a uma “família” integrada, para a manutenção da hegemonia do crime na região Norte do país. Nesse sentido, se colocava como elemento central de resistência à tentativa de influência e de avanço de facções de outras regiões, especialmente o PCC.

Essa comunidade moral, que se constituía como barreira ao avanço de “forasteiros” sobre os mercados, as prisões, as cidades e os bairros de estados da região Norte, também se movimentava para manter e consolidar sua posição nos mercados ilícitos da região ou que passavam pela região.

Como já ocorrido em outras regiões do país e abordado em outros trabalhos (Dias e Ribeiro, 2019; Dias, 2013), também no caso do Amazonas, o controle do sistema prisional foi um elemento central na conformação da dinâmica criminal do estado. Conforme explicam Siqueira e Paiva (2019, p. 146),

(...) a capacidade de estabelecer o mando e iniciar eventos no maior número possível de unidades prisionais demonstrou vitalidade da FDN como uma família capaz de exercer o comando do crime no Norte.

A peculiaridade das facções é a sua relação inequívoca com o sistema prisional – e com a FDN não é diferente. Conforme Siqueira e Paiva (2019), 2013 pode ser considerado um marco nas lutas pelo controle das unidades prisionais do Amazonas. Uma série de eventos ocorridos no sistema carcerário local sinalizava para a intensificação das disputas nas prisões, envolvendo vários grupos, especialmente o PCC e a FDN. Nesse processo, ocorreu um progressivo isolamento do PCC e um avanço da FDN sobre as prisões do estado. Em 25 de agosto de 2013, os presos considerados membros do PCC foram segregados nas áreas de “seguro”,³³ simbolizando, assim, a vitória da FDN na disputa pelos corações e mentes dos presos (e, como demonstrado por investigações policiais, também da administração prisional) amazonenses.

Trata-se, portanto, de um processo político com relevante participação de agentes estatais, em busca de construir uma “ordem prisional” estável, num cenário de precariedade, miséria e violações de direitos, no bojo do qual a FDN alcança uma posição hegemônica. A partir de 2014, essa facção passa a ganhar notoriedade e reconhecimento como grupo importante dentro e fora das prisões do Amazonas (Siqueira e Paiva, 2019), conformando um cenário em que ela já se situava do lado oposto ao do PCC. Esse é um dos elementos precursores centrais para o aumento do tensionamento nacional e a posterior ruptura entre PCC e CV, que ocorreria em 2016, consolidando a polarização do crime com os dois antagonistas, em torno dos quais os outros grupos passariam a orbitar.

A partir de 2018, observa-se um intenso movimento de fragmentação no interior da FDN, envolvendo defecções de alguns de seus integrantes para o CV, demandas por fusão da FDN com o CV, além de tensionamentos, conflitos e ameaças envolvendo os três líderes principais da FDN.³⁴ A análise de Siqueira e Paiva permite compreender, de um lado, os elementos que conferiram a coesão em torno da FDN, como “família”; e, de outro, a erosão desses mesmos elementos, o que nos permite situar a sua dissolução. Nas palavras dos autores:

A ideia de uma família que integra a todos em uma comunidade política e moral liderada por figuras respeitadas e que, em tese, representam os interesses de seus diversos integrantes foi, sem dúvida, uma ótima ideia que criou laços sociais significativos. O problema é que, como todas as ideias que criam certa “ordem social”, as facções são invenções efêmeras cuja reprodução ou mudança depende de equilíbrios tênues e resoluções de conflitos que envolvem a suspeita, a qualquer momento, de que o outro possa estar levando qualquer tipo de vantagem na relação. A lealdade é exigida a um alto preço, e conflitos, aparentemente, muito sérios podem ser contornados enquanto outros muitos simples podem levar ao rompimento definitivo. A partir da separação, grupos internos iniciaram o seu processo de autoafirmação em busca de outros arranjos e adesões para seguirem em seus projetos de acordo e alianças (Siqueira e Paiva, 2019, p. 142).

A FDN foi criada a partir da união de três grandes traficantes conhecidos na história do crime no estado do Amazonas (Siqueira e Paiva, 2019), a partir de uma convergência de ideias e valores, que tinham como elemento central a afirmação de uma comunidade moral e social, apoiada na premissa de que o controle das prisões, dos territórios urbanos e fronteiriços deveria ser feito por pessoas que ali viviam e tinham suas raízes culturais, em

33. O “seguro” é o nome popular do espaço onde se aplica a “medida de segurança pessoal” existente em todo o sistema prisional brasileiro em unidades prisionais inteiras ou parte delas. Trata-se de espaços reservados para presos que correm risco de vida se tiverem contato com a massa carcerária. Em termos simbólicos e das disputas de poder envolvendo os diferentes grupos criminais, implica também a posição minoritária em um determinado sistema prisional, indicando que o grupo inimigo é majoritário, ocupando a posição de “população carcerária”. Em geral, presos que cumprem pena por crimes sexuais ou envolvendo abusos contra crianças ocupam espaços de seguro. Dessa forma, ficar no “seguro” tem também implicações morais na conformação das identidades e narrativas associadas às disputas morais estabelecidas entre as facções, com efeitos de poder concreto e simbólico.

34. Siqueira e Paiva (2019) explicam como a relação entre a FDN e o CV, ao contrário do que uma análise superficial levaria a crer, sempre esteve muito longe de ser estável. Houve momentos de aproximação e de colaboração, e nem sempre as lideranças da FDN e do CV convergiam na forma de compreender a relação entre as duas facções. Como se verá a seguir, esses tensionamentos envolvendo as duas facções são elementos centrais da crise que assolou a FDN e que culminou na sua dissolução.

contraposição a estrangeiros – leia-se o PCC – que queriam invadir, controlar e impor a sua forma de fazer o crime. As bases da FDN também se assentavam no objetivo comum de controle das rotas de escoamento de drogas e outras mercadorias que passam pelo rio Solimões, nas quais os três fundadores já atuavam. Assim, articulando o econômico e o moral, a FDN se estabeleceria de forma similar à história da criação de outras facções, que, a essa altura, já se consolidavam na dinâmica prisional e criminal brasileira. Contudo, no caso da FDN, alguns elementos de fragilização já estavam presentes desde a sua fundação, e as relações ambíguas que estabeleceu com o CV durante toda a sua breve história permitem compreender o seu ocaso.

Na sequência, transcrevemos alguns dos salves que narram pormenorizadamente os conflitos e disputas que levaram, em uns poucos anos, à dissolução da FDN.

Salve 12³⁵ – FDN/CVRJ, novembro de 2017

14/11/2017 22:05 SALVE GERAL FDN CV-RJ.³⁶

POR DETERMINAÇÃO DO *NOSSO IRMÃO NUMERO 1*, FICA DETERMINADA A *EXCLUSÃO E O DECRETO*³⁷ DO *PILAR GELSON CARNAUBA* DOS QUADROS DA FDN. E QUE, TODOS AQUELES Q SOMARAM COM ELE E NAO FOREM CONTRA ESTA DETERMINAÇÃO CONTINUARÃO SENDO CONSIDERADOS MEMBROS DA FDN. PORÉM AQUELES QUE NÃO ACATAREM TAMBÉM SERÃO EXCLUÍDOS E DECRETADOS.

Como vimos antes, o surgimento da FDN remete a 2006, sendo que seu fortalecimento se deu a partir de 2010, já num cenário de conflitos com PCC. Sua consolidação nas prisões amazonenses ocorre em 2013 e, no cenário criminal do estado, a partir de 2014. Contudo, foi a partir de 2015 – graças à repercussão da Operação La Muralla – e, especialmente, a partir de janeiro de 2017 – quando foi protagonista do massacre do Compaj – que a FDN passou a habitar regularmente o debate sobre segurança pública, sistema prisional e violência.

No massacre do Compaj, ocorrido no primeiro dia de 2017, Gelson Carnaúba (vulgo *Mano Gê*) é apontado pelas autoridades como um dos responsáveis – até hoje ele responde judicialmente pelas mais de cinquenta mortes ocorridas naquela ocasião. Apesar de seu protagonismo no evento, que marcou a consolidação do poder da FDN no Amazonas e a posição periférica do PCC no estado, e de ser um dos pilares da fundação da FDN, Carnaúba foi, logo depois, excluído do grupo. Esse fato, anunciado no salve de novembro de 2017, também daria início à publicização dos tensionamentos produzidos no coração da FDN, ainda no ano que marcou a sua vitória contra o PCC no Amazonas. Esse seria o pontapé inicial dos processos de disputa, competição e divergência que provocariam a implosão da FDN.

A exclusão e *decretação* de Mano Gê estaria relacionada à intrincada, complexa e ambígua relação da FDN com o CV, que envolvia o desejo de parte dos líderes da FDN – especialmente, do próprio Mano Gê – de promover a fusão entre a FDN e o CV, dissolvendo a marca FDN em favor da facção carioca. Esse foi o ponto de partida dos conflitos internos à FDN, que resultaram na exclusão do Mano Gê e sua migração para o CV. A partir daí, os conflitos foram se agravando e tornando mais complexa e tensa a relação entre os dois grupos.

35. Os salves serão apresentados conforme o original, corrigindo apenas erros gramaticais a fim de evitar potencial identificação de seus autores. Mas, dado o caráter público e amplamente conhecido dos três líderes e fundadores da FDN e da centralidade da conflituosidade entre eles para compreender a dissolução da FDN, os nomes deles serão mantidos. São eles: João Pinto Carioca, o João Branco; Gelson Lima Carnaúba, o Mano Gê e José Roberto Fernandes Barbosa, o Zé Roberto da Compensa.

36. Conforme será percebido a partir das transcrições dos salves, em algumas dessas mensagens se representa a aliança FDN-CV na autoria dos salves. Em todos os documentos transcritos aqui, reproduzimos da forma como se encontra no documento original.

37. *Decretar*, no jargão das facções prisionais, significa condenar à morte.

Salve 12 – CV, fevereiro de 2018

COMUNICADO

APOS REUNIAO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DO CVRL ESTADOS E PAISES, VIEMOS POR MEIO DESSE COMUNICADO PASSAR A TODOS OS IRMAOS E AMIGOS QUE FECHAM 100% COM NÓS QUE *APARTIR DESTA DATA DE HOJE ESTARA BANIDO DE NOSSOS MEIOS DE COMUNICAO GRUPOS DO WHATSAPP TODO E QUALQUER MEMBRO DA FDN ATÉ QUE A SITUAÇÃO CONTURBADA DENTRO DA PROPRIA FDN SEJA RESOLVIDA ENTRE ELES.*

NOSSA ALIANCA ESTÁ SUSPENSA COMO JA TINHA SIDO PASSADO E *DECIDIMOS POR MOTIVOS DE SEGURANÇA REMOVER DA NOSSA SINTONIA TODO E QUALQUER MEMBRO FDN. ATÉ QUE TUDO SE NORMALIZE ESTA PROIBIDO MEMBROS FDN EM NOSSA SINTONIA.*

ESPERO QUE OS IRMAOS TENHAM ENTENDIDO, ACHO QIE FICOU BEM ESPECIFICADO.

DATA 23 DE FEVEREIRO 2018

Quadro Geral CVRL

Salve 13 – FDN, agosto de 2018

SALVE GERAL – CENTRAL DA FDN.

IRMÃOS, *EM VIRTUDE DA SUSPENSÃO DE NOSSA ALIANÇA COM O CV-RJ E DE ALGUMAS MANIFESTAÇÕES ISOLADAS DOS MEMBROS DO CV, INFORMAMOS AQUI QUE Á FAMÍLIA DO NORTE (FDN) CONTINUA UNIDA AOS SEUS PILARES E FIEL AO NOSSO ESTATUTO.*

NO MOMENTO ESTE EPISÓDIO *NÃO SIGINIFICA QUE SEUS MEMBROS IRÁO DESERTAR OU VIRAR A CASACA, POIS TODOS NOS QUE SOMOS VERDADEIROS MEMBROS DA FDN, JAMAIS OPTAREMOS POR FILIARMOS A OUTRAS FACÇÕES QUE NÃO REPRESENTEM Á VERDADEIRA LUTA PELA PAZ, PELA JUSTIÇA E A LIBERDADE DE TODOS. NÃO QUEREMOS AQUI DENEGRIR A GLORIOSA LUTA DO CV. CONTUDO JAMAIS IREMOS INCENTIVAR SEUS MEMBROS A DESERÇÃO. E, AQUELES Q OPTARAM E VESTIRAM A CAMISA DO CV AGRADECEMOS MAS SABEMOS QUE OS QUE SÃO VERDADEIRAMENTE FDN JAMAIS FUGIRÃO DA SUA RAIZ.*

Os dois salves indicam que, antes da ruptura propriamente dita, ocorreu um afastamento entre a FDN e o CV, provocado, paradoxalmente, pela estreita proximidade que se conformou entre os dois grupos, especialmente no caso do Amazonas.³⁸ O esgarçamento das relações entre os dois grupos, que culmina na exclusão de Mano Gê dos quadros da FDN e sua imediata migração para o CV, teria ainda sido motivado por: divergências entre os líderes da FDN; ruídos na comunicação entre eles (comuns nos casos de permanência prolongada em regimes de isolamento na prisão, caso dos três fundadores da FDN); interesses econômicos divergentes nos negócios ilícitos; e, possivelmente, pelos poucos elementos comuns entre FDN e CV, para além do posicionamento de ambos contra o PCC. A decisão declarada por Mano Gê, de “rasgar a camisa da FDN” e vestir a camisa CV-AM, foi o fator impulsionador de sua defecção do grupo do qual foi fundador.

38. Essa proximidade parece ter se verificado também em outros contextos, por exemplo, no Ceará.

O CV, em contrapartida, se posicionaria como se não tivesse tido nenhuma influência sobre os atritos internos à FDN. Ao contrário, no salve de fevereiro de 2018, portanto alguns meses após a exclusão de Mano Gê o CV, assinando como *Quadro Geral*³⁹ e não como CV-AM, informou a decisão de separação da FDN até que o grupo amazonense ajustasse os conflitos internos. Dessa forma, o CV buscou evitar a potencial contaminação de seus quadros pela disputa interna da FDN, haja vista a frágil linha demarcatória existente entre os dois grupos no Amazonas naquele momento. A exposição da fragilidade da FDN impulsionou o afastamento do CV e sua busca por solidificar seus próprios contornos organizacionais e sua autonomia econômica e política, a despeito da manutenção da colaboração com a FDN.

Finalmente, o salve da FDN, emitido em agosto de 2018, sinalizou o processo de dissolução do grupo amazonense, já em curso naquele momento. Reconhecendo o fenômeno da migração de membros da FDN para o CV – possivelmente os grupos e indivíduos ligados ao líder Mano Gê – e, ao mesmo tempo, reivindicando ser o único grupo legitimamente portador do direito de representar os amazonenses, isto é, reiterando os valores regionalistas que estão na base da sua fundação, a FDN busca manter sua unidade organizacional e evitar um rompimento definitivo com o CV. Vale notar, neste salve, que a FDN se refere ao CV-RJ, ou seja, à “matriz” do CV, identificada pela sigla do território original em que surgiu e de onde se espalhou para o resto do Brasil na última década.⁴⁰

Salve 14 CV (provavelmente Mano GE/Gerson Carnaúba)

14/06/2018 – *VERGONHA NACIONAL*

E ATRAVES DESTA INFORMATIVO QUE VENHO COMO FORMA DE PERGUNTA, A TODOS CRIMINOSOS DA AMÉRICA LATINA REFERENTE AS GUERRAS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSAS QUE ESTA OCORRENDO NO BRASIL. (...)

O MESMO PCC JA FOI ALIADO DO CVRL HÁ MUITOS ANOS ATRÁS DEIXANDO OS COMANDEIROS NA MÃO EM UMA SITUAÇÃO OCORRIDA NA DÉCADA DE 90 E FOI QUEBRADA ALIANÇA FICANDO O RESPEITO ENTRE ELES. MAIS AI VEIO UMA NOVA EMPREITADA DO PCC, QUE ERA TOMAR O AMAZONAS MAS SE DEPAROU ALI COM A FDN. (...) ENGRAÇADO SÊ VCS ANALISAREM EM TODAS AS GUERRAS O PCC ESTÃO ENVOLVIDOS. *O PCC MAIS PARECE O ESTADOS UNIDOS QUE ENVIADO PELO DEMÔNIO PRA MATAR USURPAR MENTIR E DESTRUIR A TODOS POR ONDE PASSA SEMEANDO DISCÓRDIA E DESGRAÇA.*

ENFIM, JÁ ESTÁ 100% APURADA E CONCRETIZADA A ALIANÇA DO PCC DO FINADO GG DO MANGUE COM A FDN DO JOÃO BRANCO E ISTO AQUI NÃO É UM INFORMATIVOZINHO NÃO QUERENDO LUDIBRIAR ALGUÉM, SÃO INFORMAÇÕES DOS DOIS LADOS TANTO DOS PCC DO GG QUANTO DA FDN SO JOÃO BRANCO. POIS ZE ROBERTO NÃO MANDA MAIS EM NADA. (...)

39. O Quadro Geral do CV é uma espécie de comissão que reúne os principais nomes do CV de cada estado. Podemos afirmar que é equivalente à Sintonia Geral Final do PCC, considerando as diferenças estruturais e organizacionais entre os dois grupos. Assim, o Quadro Geral não implica adesão homogênea a um quadro normativo, tampouco unidade econômica e articulação organizacional. A instância máxima do CV não tem a preocupação de construir, deliberar e controlar procedimentos e mecanismos do CV, tampouco de cobrar uniformidade e homogeneidade em suas práticas. No caso em tela, por exemplo, trata-se de firmar posição comum do CV em relação aos conflitos envolvendo a FDN.

40. Não será possível aprofundar, neste relatório, uma análise do CV em termos de sua dinâmica política interna, das relações que estabelece nos mercados ilícitos com outros atores e da conformação da sua identidade, na relação que estabelece com atores que, nos diversos estados brasileiros, utilizam a marca CV seguida da sigla do estado. Entendemos que esses aspectos indicam elementos importantes dessa facção, sobretudo em uma comparação com o PCC. Essa análise será apresentada em relatórios futuros, já que ultrapassaria o foco analítico sobre a macrorregião Norte, objeto deste texto.

MAS AGORA PARECE QUE JOÃO BRANCO E ZÉ ROBERTO VIRARAM A VERGONHA DO CRIME AMAZONENSE (...) *DE UM LADO PCC, SEDENTO E CEGO PELO DOMÍNIO DE TUDO. DO OUTRO LADO FDN SUJA E SEM CARÁTER. SERIA ISTO MEDO DE PERDER O AMAZONAS PRO “CV”??? SERIA ISTO UMA ESTRATEGIA DE AMBAS AS PARTES PARA ANIQUILAR O CVRL DO AMAZONAS??? (...)*

SABEMOS (...) QUE ALGUNS CRIMINOSOS DO AMAZONAS SÃO OPRIMIDOS PELA FDN DENTRO E FORA SISTEMA, QUE NINGUÉM PODE SER CRIMINOSO POPULAR NO AMAZONAS POIS E MORTO SE NÃO FECHAR COM A FDN (...).

POR QUE *COMANDO VERMELHO TOMOU DORES DA FDN E PERDEU AMIZADE DOS PCC, AI FDN AGIU ERRADO EXCLUINDO GELSOM CARNAÚBA, E O COMANDO VERMELHO MESMO SABENDO QUE O GELSON ERA MINORIA OPTOU POR AGIR COM JUSTIÇA E FICOU EM MEIO DE DUAS NAJAS, DE UM LADO PCC, DE OUTRO A FDN.*

(...) EU DIGO A TODOS OS CRIMINOSOS DO AMAZONAS, VCS NÃO PODEM TOMAREM NOME DE SAFADOS POR CAUSA DE UMA MINORIA CORRUPTA QUE ESTÁ HJ EM POSTOS QUE NÃO SÃO DIGNOS. VCS DO AMAZONAS SÃO LIVRES. PODEM ESTAR PRIVADOS MAS VOSSAS MENTES SÃO LIVRES. NADA PODE PRENDER VOSSAS CONSCIÊNCIAS, VOSSAS MENTES ESTÃO LIBERTAS DESTA SAFADEZA, ESTA FDN JUNTO COM PCC NÃO PASSAM DE CANALHAS. (...)

CRIMINOSOS DE TODO AMAZONAS, ACORDEM PELO AMOR DE DEUS ISTO. É UMA VERGONHA. *ESTA ALIANÇA IMUNDA, SUJA, UM DE VCS VAI PAGAR O PREÇO COM A PRÓPRIA VIDA PELAS PATIFARIAS DO JOÃO BRANCO E ZÉ ROBERTO. PQ ZE ROBERTO NÃO MANDA EM NADA MAIS NÃO. EU SEI E ACREDITO QUE NO AMAZONAS TODO TEM CRIMINOSOS DE VERDADE E SEI QUE MUITOS AI QUEREM SAIR DESTA SITUAÇÃO E VÃO SAIR (...)*

DEIXO GRANDE ABRAÇO AOS CRIMINOSOS DE ÍNDOLE DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL A TODA MASSA DO CRIME NEUTRO E AS ORGANIZAÇÕES DIGNAS DE RESPEITO E AOS PATRIOTAS DO AMAZONAS TODOS DEIXO MINHA OPINIÃO SOBRE TUDO ISTO, É A SEGUINTE... *VCS NAO PODEM PEGAR CULPA PELOS ERROS DE UMA MINORIA QUE SÓ JÁ TEM NO AMAZONAS PORQUE NOS OUTROS ESTADOS JÁ FORAM BANIDAS A FDN (...)*

Este último salve, que traz uma narrativa bastante pessoal de um dos fundadores do FDN – o qual foi o primeiro a migrar para o CV –, é emblemático no que tange à centralidade da relação com o PCC, as alianças e os mecanismos de legitimação que estiveram presentes na atuação da FDN e do CV no Amazonas. Nesse sentido, a oposição ao PCC é elemento central da aglutinação desses dois grupos, a argamassa que confere coesão àqueles que se vinculam a esses grupos criminais e conformam sua identidade coletiva. A narrativa ali construída visa a minar a legitimidade da FDN, mobilizando justamente o principal elemento usado por ela para reivindicar uma identidade criminal regional: a oposição ao PCC. Por meio dessa narrativa, o primeiro fundador da FDN a migrar para o CV busca justificar sua posição e a superioridade moral do CV acusando a FDN de se associar ao PCC. No salve, o lugar político e moral atribuído ao PCC “O PCC MAIS PARECE O ESTADOS UNIDOS QUE ENVIADO PELO DEMÔNIO PRA MATAR USURPAR MENTIR E DESTRUIR A TODOS POR ONDE PASSA SEMEANDO DISCÓRDIA E DESGRAÇA” é também estendido à FDN, uma vez que ela é acusada de se unir ao grupo paulista.

Vale dizer que nunca se confirmou, ou se percebeu, qualquer união ou aproximação entre PCC e FDN. Ao contrário, chegou a circular um salve do PCC negando veementemente o que se denominava como “boatos”, com ameaças inclusive de *decretação* dos autores e

disseminadores desses boatos. Independentemente dos elementos factuais, porém, importa aqui analisar a narrativa construída e situá-la no contexto do processo de faccionalização e de suas dimensões sociais, políticas e culturais que, para além dos aspectos econômicos que, em geral, predominam na discussão desse fenômeno, conformaram lealdades, vínculos de pertencimento, oposições, conflitos e violência. Como explicam Siqueira e Paiva (2019, p. 133):

A estrutura básica da FDN foi constituída a partir do domínio de três grandes traficantes reconhecidos por sua história no crime amazonense. São figuras respeitadas e que deveriam ter a palavra final na definição das ações do grupo. O reconhecimento do mérito desses sujeitos foi fundamental para criar certa coesão em torno deles, fazendo com que suas ordens tivessem eficácia simbólica na formação do grupo. Os grandes conflitos internos à FDN, inclusive, passam pela capacidade desse núcleo concordar ou divergir quanto à orientação política e moral do grupo. Acusações de traições entre os três e mortes de lideranças ligadas a cada um constituíram a história da FDN, sobretudo, quando os três terminaram presos dentro do sistema prisional amazonense, necessitando da atuação de “homens de confiança” ligados a cada um fora da prisão.

Ao final de 2019, um novo conflito interno, desta vez envolvendo os outros dois líderes da FDN – João Branco e Zé Roberto da Compensa –, levou às novas divisões. Num primeiro momento, João Branco teria fundado a FDN Pura; mas, logo em seguida, este grupo teria sido tragado para a órbita do CV. O poder da FDN teria ficado restrito a poucos territórios de Manaus, especialmente as áreas de grande influência de Zé Roberto da Compensa.

Entre fevereiro e abril de 2020, conflitos extremamente violentos, atribuídos à disputa entre o que restara da FDN e o CV, deixaram um rastro de dezenas de mortos no bairro da Compensa, último reduto da facção amazonense. A violência se intensificou em vários territórios do Amazonas, especialmente em áreas periféricas de Manaus, até se estabilizar a partir do controle que passou a ser exercido pelo CV. Entre 2020 e 2021, a dissolução da FDN passou a ser evidenciada, e o nome de um novo grupo surgiu no noticiário amazonense: o CDN, que teria sido formado pelo que restou da FDN e por integrantes do CV, insatisfeitos com as ações da facção de origem carioca. Trata-se de um grupo novo, sobre o qual pouco se sabe até o momento, e que se origina a partir da disputa fratricida no seio da FDN e de sua relação ambígua com o CV. Nesse processo de dissolução, fusão e fragmentação, surgiu também o grupo RDA, que seria aliado ao PCC e que, mais recentemente, parece ter avançado de forma relevante em alguns territórios amazonenses, beneficiando-se da combustão da FDN e dos efeitos desta sobre o próprio CV.

Apesar da estabilidade alcançada pelo CV no Amazonas e de possíveis acomodações nos territórios que controla, após um período de intensa violência, o atual contexto amazonense permanece marcado pela instabilidade e pela fragilidade do arcabouço normativo e organizacional que o CV ostenta. Apesar de hegemônico no estado, da grande autonomia dos grupos regionais que compõem o CV e da ordem multicelular que caracteriza a sua organização, o CV parece permanecer sujeito às forças que questionam sua legitimidade na conformação moral do crime do Amazonas e possivelmente será ainda alvo de focos múltiplos de conflitos.

O cenário criminal e faccional do Amazonas pode ser compreendido por dois elementos centrais: de um lado, o PCC, inovador paulista, cuja chegada provocou grande reação de criminosos locais, empenhados em salvaguardar seus territórios e suas valiosas rotas para o escoamento da cocaína, reuniu uma comunidade moral e social baseada fortemente na afirmação regionalista na defesa de seu patrimônio e de seus próprios valores no mundo do crime; e, de outro, a organização dos criminosos amazonenses em torno de dois grupos,

FDN e CV, que viveram uma relação complexa, ambígua e paradoxal ao longo de todo esse período. A relação entre FDN e CV pode ser representada como uma espécie de construto mecânico composto de movimentos centrífugos no interior da FDN e de movimentos centrípetos em direção ao CV que, ao mesmo tempo, se interseccionam, se complementam e se canibalizam, conforme a direção que orienta as forças sociais que incidem sobre eles.

Por fim, na última seção deste relatório, iremos apresentar alguns dados preliminares sobre uma área que, por diversas razões, é chave para a compreensão das dinâmicas criminais da macrorregião Norte: a Tríplice Fronteira Norte, entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru).

6 A TRÍPLICE FRONTEIRA NORTE: TABATINGA (AMAZONAS, BRASIL), LETÍCIA (COLÔMBIA) E SANTA ROSA (PERU)

Partindo de um material de imprensa sobre as dinâmicas criminais da região da Tríplice Fronteira Norte, pretendemos traçar algumas análises preliminares dos mercados ilícitos e da violência na região.

A coleta desse material, referente ao período 2014-2021, resultou em 111 notícias que tratam de atividades criminais na região, não necessariamente citando facções criminais.⁴¹

No que se refere à classificação das notícias conforme a categoria criminal (a ocorrência em si), temos a situação retratada na tabela 1 e no gráfico 8:

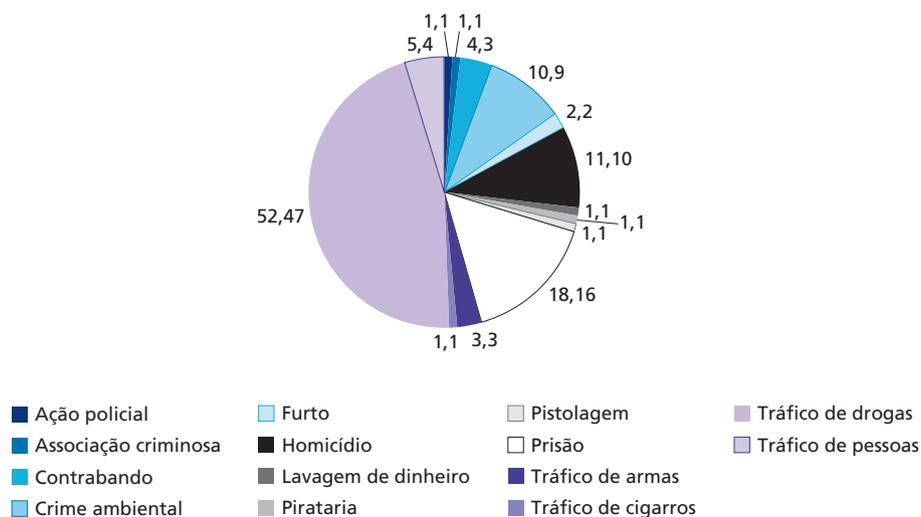
TABELA 1
Imprensa: Tríplice Fronteira Norte – registro de atividade ilícita (2014-2021)

	Categoria criminal
Ação policial	1
Associação criminosa	1
Contrabando	4
Crime ambiental	10
Furto	2
Homicídio	11
Lavagem de dinheiro	1
Pirataria	1
Pistolagem	1
Prisão	18
Tráfico de armas	3
Tráfico de cigarros	1
Tráfico de drogas	52
Tráfico de pessoas	5
Total geral	111

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

41. Os dados de imprensa sobre a Tríplice Fronteira foram coletados pelo discente pesquisador de iniciação científica Kaio Oliveira, no âmbito do projeto Dinâmicas criminais e mercados ilícitos: características de uma cidade transfronteiriça (Tabatinga-Amazonas).

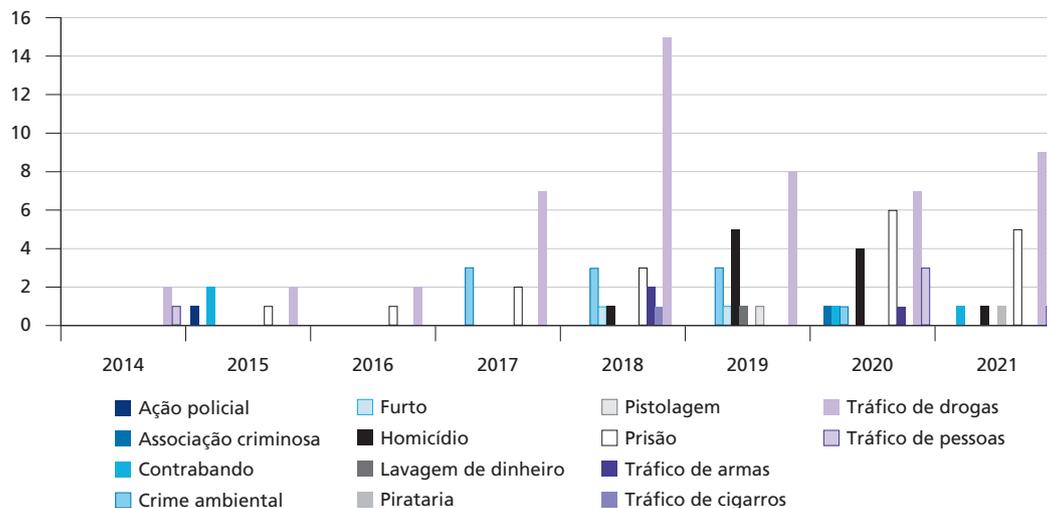
GRÁFICO 8
Tabatinga: categoria criminal (2014-2021)
 (Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
 Elaboração da autora.

No gráfico 8, chama a atenção que mais de 50% das ocorrências registradas pela imprensa se referem ao tráfico de drogas, seguidas por menções a homicídios (mais de 10%) e crimes ambientais (10%). Além dessas, 18% das notícias falam sobre prisões/operações policiais, que não estão atreladas a uma modalidade específica de crimes, conforme retratado nas reportagens.

GRÁFICO 9
Imprensa: Trípolice Fronteira Norte – registro de atividade ilícita por ano (2014-2021)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
 Elaboração da autora.

Quando organizamos o material por ano, ainda que se mantenham as mesmas atividades centrais, chamam a atenção o aumento do número de notícias sobre o tráfico de drogas a partir de 2018 e a redução de registros sobre crimes ambientais, tema cujo pico das menções ocorreu em 2017. No que diz respeito ao tráfico de drogas, importa salientar que, na mesma proporção em que aumentam as ocorrências registradas pela imprensa, diminui

o volume de mercadorias apreendidas, segundo essas mesmas fontes (especialmente a partir de 2018). Ou seja, as notícias indicam o aumento das apreensões de pequenas quantidades de drogas, em detrimento de quantidades maiores.⁴² Isso sugere uma possível priorização da repressão a pequenos traficantes vis-à-vis operações que visam atores que transacionam grandes volumes de drogas. Mas essa questão será aprofundada em outro momento.

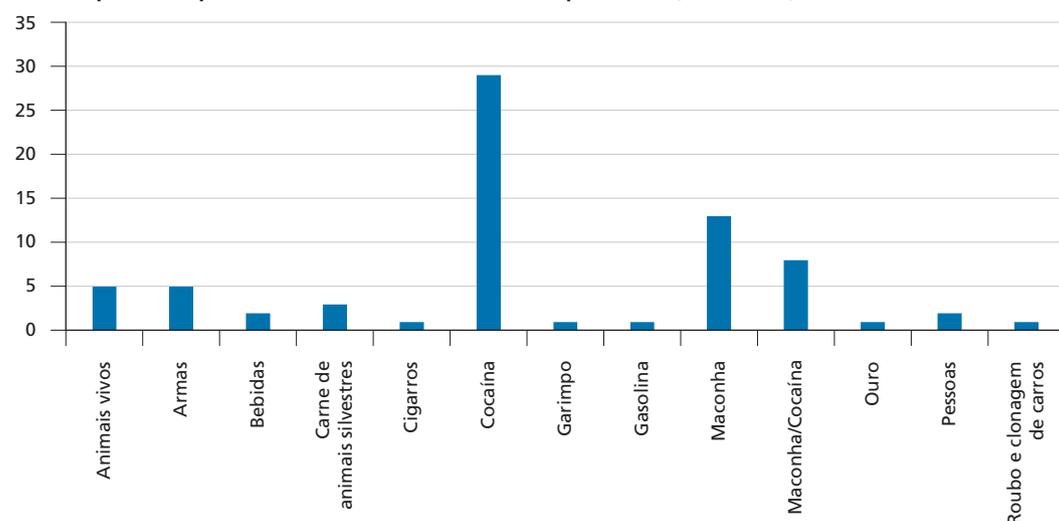
Considerando as notícias sobre tráfico e contrabando, entre as mercadorias apreendidas, sobressaem a cocaína, seguida da maconha e das duas substâncias juntas (tabelas 2 e 3). Além disso, notícias sobre apreensões de armas, animais vivos e carnes de animais silvestres também apresentam volume relevante.

TABELA 2
Imprensa: Tríplíce Fronteira Norte – mercadoria apreendida (2014-2021)

Mercadoria	Quantidade
Animais vivos	5
Armas	5
Bebidas	2
Carne de animais silvestres	3
Cigarros	1
Cocaína	29
Garimpo	1
Gasolina	1
Maconha	13
Maconha/cocaína	8
Ouro	1
Pessoas	2
Roubo e clonagem de carros	1
Total geral	72

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

GRÁFICO 10
Imprensa: Tríplíce Fronteira Norte – mercadoria apreendida (2014-2021)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

42. Essa questão foi apontada em primeiro lugar pelo aluno autor da coleta, Kaio Oliveira.

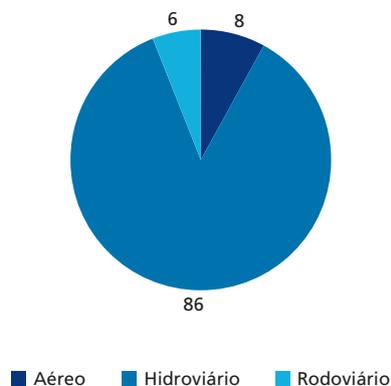
Entre as ocorrências que envolvem crimes ambientais, contrabando e, principalmente, tráfico de drogas, é possível identificar a que etapa do comércio ilícito se refere o evento – se à produção, ao transporte, ao armazenamento, à logística, à venda no atacado ou no varejo, à lavagem de dinheiro ou ao financiamento. Nesse sentido, a tabela 3 indica a grande centralidade do *transporte* (de mercadorias ilícitas) na dinâmica criminal da região, que corresponde à quase metade das ocorrências registradas (51 de 111). Entre os meios de transporte mencionados, a quase totalidade das notícias indica o transporte hidroviário (44 registros num total de 51), conforme apresentado na tabela 3 e no gráfico 11.

TABELA 3
Imprensa: Tríplíce Fronteira Norte – meio de transporte (2014-2021)

Rótulos de linha	Transporte
Aéreo	4
Hidroviário	44
Rodoviário	3
Total geral	51

Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

GRÁFICO 11
Imprensa: Tríplíce Fronteira Norte – meio de transporte (2014-2021)
(Em %)



Fonte: Acervo pessoal (2014-2021).
Elaboração da autora.

Ainda que esses dados oriundos de notícias da imprensa sejam bastante sugestivos das atividades ilícitas na tríplíce fronteira Brasil-Colômbia-Peru, há ainda algumas lacunas a sanar, para uma análise mais abrangente daquele contexto. Entre elas, destacamos a necessidade de aprofundar a compreensão do papel das facções criminais nas dinâmicas criminais e nos mercados ilícitos na região. Do conjunto de matérias analisadas, apenas três notícias mencionam explicitamente o PCC, trazendo as seguintes informações:

- Em 31 de janeiro de 2019, foi reportado o assassinato de um jovem que pertenceria ao PCC, por indivíduos ligados à FDN. De acordo com a notícia, ele era o líder do PCC na região e foi assassinado a tiros em Tabatinga.

“Essa guerra entre FDN (Família do Norte) e PCC iniciou em dezembro de 2018 com a tentativa de homicídio de um dos líderes da FDN”,⁴³ explicou o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar em Tabatinga, Major Herlon.

43. Notícia disponível em: <https://d24am.com/policia/lider-de-faccao-em-tabatinga-e-morto-a-tiros-diz-pm/>. Acesso em: 11 out. 2022.

- Em 5 de fevereiro 2019, uma reportagem mencionou um confronto da polícia com suspeitos de furto da residência de um policial militar, e um dos indivíduos baleados era suspeito de integrar o PCC.
- Em 24 de julho de 2020, uma notícia informou sobre uma suposta aliança entre o PCC e a facção originária da região, Os Crias (da Tríplice Fronteira), que seria formada por membros remanescentes da FDN, do PCC, de um grupo colombiano denominado Alcateia e por criminosos peruanos. Além desses grupos, a reportagem menciona que Os Crias estariam sendo apoiados também pelo Ejército El Pueblo, milícia descendente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Conforme autoridades ouvidas pela reportagem, a aliança realizada pelo Os Crias tinha como objetivo impedir o CV de ter acesso às drogas e armas por meio da Tríplice Fronteira:

O objetivo das alianças é ter facilidade para conseguir armas e munições e ter o controle e o domínio do tráfico de drogas na região e impedir que a facção rival Comando Vermelho (CV) tenha acesso aos fornecedores de droga e domine o comércio de entorpecente na tríplice fronteira. Quem quiser comprar droga tem que passar pela “Os Crias”, é o que dizem os criminosos.⁴⁴

Essas notícias trazem algumas pistas interessantes, sobretudo acerca d’Os Crias da Fronteira. Sobre estes, tivemos acesso a alguns documentos que circunscrevem alianças e tensionamentos que fazem parte de sua constituição. Trata-se de um grupo recém-criado, que se valeu da desagregação/junção de vários outros e que (ainda) não apresenta grande estabilidade. Por isso mesmo, vale a pena acompanhá-lo com maior atenção para compreender o papel desses atores nas dinâmicas locais.

Em 2019, um salve emitido pelo CV-AM expressa a grande centralidade que o CV passa a exercer no estado, em detrimento do grupo que tem no Amazonas o seu lugar de origem, a FDN. Expressando também a importância da região de Tabatinga nos mercados ilícitos do estado, a mensagem diz o seguinte:

Salve 15 – CV-AM, fevereiro de 2019

01/02/2019

▶ *INFORMATIVO CVRL-AM* ▶

VIEMOS AQUI ATRAVÉS DESTA EXCLARECER A TODOS OS FORNECEDORES COLOMBIANOS, PERUANOS E BRASILEIROS QUE CORREM PELO CERTO SOBRE A FRONTEIRA, O COMANDO VERMELHO NÃO ESTÁ AQUI PARA TOMAR NADA DE NINGUÉM PELO CONTRÁRIO CVRL-AM ESTÁ CHEGANDO PARA SOMAR E MULTIPLICAR, RESPEITAMOS E ADMIRAMOS TODOS OS FORNECEDORES QUE CORREM PELO CERTO E SE DEPENDER DE NÓS VCS VÃO PODER TRABALHAR E NEGOCIAR COM QUEM VCS QUISEREM PQ AQUI NO CVRL-AM NINGUÉM COBRA PORCENTAGEM DE FORNECEDORES E NÃO OBRIGAMOS NINGUÉM A NEGOCIAR COM NÓS (...) NOSSA GUERRA NÃO É COM OS CRIA DE TABATINGA, NEM COM OS CRIA DE LETICIA, POIS A FRONTEIRA É DE VCS E PELO QUE DEPENDER DO CVRL-AM CONTINUARÁ SENDO (...) PORÉM NOSSA GUERRA É COM TODA ESSA RAÇA DE SAFADOS DA FDN, SABEMOS QUE NÃO SÃO TODOS MAS UMA BOA PARTE DA FDN NÃO PRESTA (...) ENTÃO FALAMOS A TODOS OS CRIA E FORNECEDORES DE TABATINGA QUE ESTAMOS COM VCS PARA O QUE PRECISAREM, JUNTOS LIBERTAREMOS A FRONTEIRA DE VCS DAS MÃOS DESSES VERMES LADRÃO DE DROGAS (...) SEM MAIS DEIXAMOS UM FORTE E RESPEITOSO ABRAÇO A TODOS IRMÃOS, FORNECEDORES E CRIAS DA FRONTEIRA

44. Informações adicionais disponíveis em: <https://www.acritica.com/manaus/os-crias-surge-uma-nova-facc-o-criminosa-no-amazonas-1.35999>. Acesso em: 11 out. 2022.

▶ PAZ JUSTIÇA LIBERDADE LUTA E UNIAO ▶

ATENCIOSAMENTE COMANDO VERMELHO DO AMAZONAS▶▶▶

No conjunto de documentos que compõem o acervo utilizado nesta pesquisa, este salve do CV-AM de 2019 é o primeiro em que aparece menção aos “Crias”, entre os que tivemos acesso. No ano seguinte, em 2020, teremos documentos que estão reportados como tendo sido escritos pelos Crias, agora já configurados como uma “nova” facção. A seguir, uma sequência de salves que denotam os atritos que foram se acumulando entre Os Crias e o CV e que culminará no anúncio de aliança d’Os Crias com o PCC.

Salve 15 – Os Crias da Tríplice Fronteira, fevereiro de 2020

Data: 24/02/2020

(...) NÓS CRIAS DA FRONTEIRA, NAO VINHEMOS PARA PERTUBA A ORDEM NEM COLOCAR MEDO NA SOCIEDADE DE BEM, ESTAMOS CIENTE DE UM SALVE PASSADO PELO CV AM, ONDE ESTAO DECLARANDO GUERRA CONTRA TODOS DO MUNICIPIO DE TABATINGA (BR), LETICIA(CO) E SANTA ROSA(PE) QUE NAO FECHAREM COM CV.*

BEM OS CRIAS NÃO QUER GUERRA, ESSA NOVA ORGANIZACAO FOI CRIADA PELOS PRÓPRIOS CRIAS QUE SEMPRE ESTIVERAM PELO CERTO NA TPLC E QUE NAO ACEITAM O ERRADO.

**NOSSA LUTA NÃO É CONTRA O CV E SIM CONTRA TODOS AQUELES QUE QUEREM DOMINAR A FRONTEIRA DERRAMANDO SANGUE E AGINDO NA COVARDIA. (...) *SABEMOS QUE O CV-AM AGORA ESTA COM FORÇA NA CAPITAL E QUE O FOCO AGORA É TABATINGA. (...) NAO QUEREMOS GUERRA MAIS NAO VAMOS ABAIXAR CABEÇA PARA NINGUÉM COM ESSE TIPO DE IDEOLOGIA, DE COVARDIA E TRAIRAGEM. (...) *TABATINGA SEMPRE FOI UM MUNICÍPIO EM GUERRA, MAIS A PAZ VAI REINAR NA NOSSA FRONTEIRA DE UMA FORMA OU DE OUTRA, SE O CV QUISER GUERRA, VAMOS PRA GUERRA, SE QUISEREM PAZ ENTENDAM QUE NAO É DESSA FORMA QUE VÃO CONSEGUIR.*

O CV AM ESTÃO FALANDO QUE TENTARAM DIALOGAR COM OS CRIAS TPLC, MAIS NAO FOI BEM ASSIM. ELES SIMPLISMENTE CHEGARAM NOS CRIAS DIZENDO QUE SE NAO FECHAREM VAO MORRER, OU VAO MATAR NOSSOS FAMILIARES. NAO É ASSIM QUE SE FAZ UM DIÁLOGO!

**ANTES DE VCS QUEREREM DOMINAR TUDO, NOS CRIAS JA ÉRAMOS CRIMINOSOS PELO CERTO, JÁ TÍNHAMOS NOSSOS PROGRESSOS (...).*

MAIS NAO VAI SER AMAECANDO OS CRIAS QUE VAO CONSEGUIR A PAZ NA TPLC.

PODEM NOS CHAMAR DE MEIA DUZIA, MAIS NÓS SOMOS SÓ OS LEAIS 🇧🇷🇨🇴🇵🇪

ESTÃO PEDINDO TODO APOIO PARA EXTERMINAR OS CRIAS DA TPLC

MAIS ESQUECERAM QUE SOMOS OS CRIAS DA TPLC, SOMOS LEAIS A NOSSA TERRINHA. E ACIMA DE TUDO SOMOS NOS QUE MANTEMOS A PAZ.

OS SITSEMAS E AS RUAS DE TABATINGA, BC, LETÍCIA E SANTA ROSA ESTA COM OS CRIASBRCOPE 🇧🇷. E PEDIMOS A TODOS A MANTEREM A PAZ E ARMONIA NA NOSSA TPLC.

SOMOS PELA PAZ, E SEMPRE AGINDO PELO CERTO

DEIXO AQUI NOSSOS FORTE E LEAIS ABRACOS A TODOS OS CRIAS DA TPLC.

*BRCOPEOS CRIAS DA FRONTEIRA COBRPE *⁴⁵

Salve 16 – 0 Os Crias da TPLC, maio de 2020

SALVE GERAL* *OS CRIAS T.P.L.C*

Data:15/05/2020

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE E UM FORTE E LEAL ABRACÃO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADÃO FIRME E FORTE COM OS CRIAS TPLC. UMA BOA NOITE TAMBÉM A TODA A POPULAÇÃO DE BEM DA NOSSA TRÍPLICE FRONTEIRA...

TABATINGABR

LETÍCIAco

SANTA ROSAPE

VINHEMOS AQUI ATRAVÉS DESSE SALVE ESCLARECER ALGUMAS COISAS QUE ESSA *FACÇÃO LIXO -cvcúrsa-* ESTA FALANDO AO NOSSO RESPEITO. ESSES SAFADOS ESTÃO QUERENDO JOGAR A POPULAÇÃO DE BEM DA TRIPLECE FRONTEIRA CONTRA OS CRIAS COBRPE *MAIS ESQUECERAM QUE SOMOS CRIAS DA POPULAÇÃO E CADA MENTIRA QUE VCS SOLTAM SÓ MOSTRAM O QUANTO VCS SÃO LIXOS E NÃO SÃO CRIMINOSOS DE VERDADE.* A POPULAÇÃO DE BEM PREFEREM MIL VEZES NOIS DO QUE VCS SEUS MERDA, BANDO DE SAFADO AQUI VCS NÃO TEM MORAL, NÃO VCS NÃO TEM NEM 0,1% DA CIDADE E NO SISTEMA VCS VÃO SEMPRE MORA NA TRIAGEM ONDE É LUGAR DE ESTRUPADORES E SAFADOS COMO VCS. (...)

1º A MORTE DO CÉSAR

COMO TODOS SABEMOS O AMIGO CÉSAR DO BARRIO SANTA ROSA ERA, JUNTO COM VAVAU, PRETINHO, CÉSAR COLOMBIANO (que o *-cvcúrosa-* mataram la em Manaus), TARCÍSIO, HAUSEN (que não queria fechar com eles), ELES ERAM OS PILARES DA ORGANIZAÇÃO FDN AQUI NA FRONTEIRA NO TEMPO QUE A FDN DOMINAVA O TRÁFICO DE DROGAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA.COMO TODOS SABEMOS ESSES IRMÃOS TODOS MORRERAM COVARDEMENTE NAS MÃOS DESSES *-cvcúrosa-* (...)

2º AS ÚLTIMAS MORTES QUE ACONTECERAM (...)

3º A MENTIRA SOBRE A COBRANÇA DE IMPOSTO

QUEREMOS DEIXAR BEM CLARO QUE OS CRIA NÃO ESTORQUE E NEM COBRA IMPOSTO DE ABSOLUTAMENTE NINGUÉM, NEM DE COMERCIANTES, NEM DE PESSOAS HUMILDES, NEM MESMO DE BOCADAS, NEM DE TRAFICANTES. NOIS OS CRIAS TPLC COBRPE. (...)

OBG PELA ATENÇÃO UMA BOA NOITE A TODOS E UM FORTE ABRACÃO JUNTOS SOMOS MAIS FORTE. 🇧🇷 A FRONTEIRA TERA DIAS MELHORES. 🙏 A PAZ DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO VAI REINAR NOVAMENTE 🙌*OS CRIA TPLC COBRPE*

Salve 17 – CV-AM, maio de 2020

ESCLARECENDO ESSE “SALVE GERAL” MENTIROSO DESSES SAFADOS PILANTRAS do VULGO (...) E SUA CORJA DE ARROCHADORES E COVARDES DE TABATINGA

COMANDO VERMELHO

COBRPE

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE E UM FORTE E LEAL ABRAÇO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADOS FIRME E FORTE COM O *COMANDO VERMELHO*COBRPE.

UMA BOA NOITE TAMBÉM A TODA A POPULAÇÃO DE BEM DA NOSSA TRÍPLICE FRONTEIRA...

TABATINGABR

LETÍCIAco

SANTA ROSAPE

*VINHEMOS AQUI ATRAVÉS DESSE SALVE, REALMENTE, ESCLARECER AS MENTIRAS QUE ESSA *turma de LIXO DA PIOR ESPECIE-criascú- ESTÁ FALANDO* AO NOSSO RESPEITO.*

ESSES SAFADOS, ARROCHADORES E COVARDES ESTÃO QUERENDO JOGAR A POPULAÇÃO DE BEM DA TRIPLECE FRONTEIRA CONTRA OS *COMANDO VERMELHO* COBRPE MAS ESQUECERAM QUE A VERDADE TARDA, PORÉM NÃO FALHA!

*SOMOS A FAVOR DA POPULAÇÃO E CADA MENTIRA QUE VOCÊS SOLTAM SÓ MOSTRA O QUANTO VOCÊS, *criascú*, SÃO LIXOS E NÃO SÃO CRIMINOSOS DE VERDADE. A POPULAÇÃO DE BEM PREFERE MIL VEZES, SIM, NÓS, *COMANDO VERMELHO*, AO INVÉS DE VOCÊS SEUS TAPURUZINHOS, BANDO DE SAFADOS. (...)*

ESCLARECENDO PRIMEIRAMENTE:

A MORTE DO CÉSAR (...)

ESSES SAFADOS TEM COMO SEU PATROCINADOR FINANCEIRO O *VERME, ENERGUMENO E URUBU (...) junior* PRÉ CANDIDATO A VEREADOR DE TABATINGA, UM DISSIMULADO, LIXO QUE NÃO MORREU ANTES PORQUE O PRÓPRIO CÉSAR INTERCEDEU JUNTO AO SEU PRIMO *MOTORA – ADI* O *VERDADEIRO LIDER DA FRONTEIRA* NA ÉPOCA, PARA QUE NÃO O MATASSEM. (...)

**O COMANDO VERMELHO* DEIXA BEM CLARO QUE NÓS NÃO TEMOS NADA A VER COM A MORTE DO CÉSAR, QUEM TEM SÃO os *criascú* (...)*

*ABRAM OS OLHOS MINHA GENTE DE TABATINGA ESSES *criascú-t.p.l.c* QUE ESTÃO MATANDO GENTE DE BEM, MAS QUEREM TIRAR O DELES DA RETA POR COVARDIA E MEDO, POIS SABEM QUE MATARAM O CÉSAR FOI A MAIOR FURADA DA VIDA DELES E NÃO FICARÁ EM PUNE, POIS A VERDADEIRA BATALHA PARA O FIM DELES COMEÇARÁ AGORA E MAIS FORTE QUE NUNCA!*

2ª AS ÚLTIMAS MORTES QUE ACONTECERAM (...)

AINDA NÃO ESTOU AÍ NA FRONTEIRA, DE ONDE EU SOU, *seus criascútplc* PORQUE NÃO TEM COMO EU CHEGAR AÍ, NEM DE AVIÃO NEM DE BARCO, PORÉM NÃO ESQUEÇAM, EU TENHO MEU PESSOAL AÍ AGINDO, SÓ PRA INFORMAÇÃO DE VOCÊS, E REZEM MUITO PORQUE QUANDO EU CHEGAR AÍ, VOCÊS PODEM SE ESCONDER

ATÉ NO INFERNO, EU IREI ENCONTRA-LOS! E QUANDO OS ENCONTRAR, VOU TORTURAR VOCÊS ATÉ A MORTE VAI SER POUCO SEUS “ *COMEDIAS* “ PRA VOCÊS APRENDEREM A SER BANDIDOS DE VERDADE E NÃO MATAREM GENTE DE BEM!

3º A MENTIRA SOBRE A COBRANÇA DE IMPOSTO

DEIXANDO BEM CLARO, EU QUEM DIGO, POIS QUEM ASSALTA AS PESSOAS PRA ROUBAR CELULAR SÓ PODE SER *criazinha* POIS A LUTA DO *COMANDO VERMELHO* É COM O SISTEMA! O *COMANDO VERMELHO* NÃO EXTORQUEM E NEM COBRAM IMPOSTOS DE ABSOLUTAMENTE NINGUÉM, NEM DE COMERCIANTES, NEM DE PESSOAS HUMILDES (...)

(...) *QUEREMOS DEIXAR BEM CLARO QUE NOSSA GUERRA E SOMENTE CONTRA OS -criascútplc-*

O *COMANDO VERMELHO* NÃO FAZ O QUE ELAS FAZEM: MATAR GENTE DO BEM, RECENTIMENTE OS crias vermes da fronteira VEM ALTERANDO NOSSOS COMUNICADOS E INCLUINDO NOMES DE PESSOAS QUE NÃO TEM NADA A VER COM A GUERRA E NEM COM O CRIME.

ATÉ PEGARAM FOTOS E FIZERAM MONTAGEM DESSAS PESSOAS INOCENTES!

A FRONTEIRA TERA DIAS MELHORES, COM CERTEZA, QUANDO TODOS VCS FOREM ELIMINADOS DAÍ SEUS LIXOS INSIGNIFICANTES! 🙌🙌

EU SOU RAIZ DA CIDADE DE TABATINGA, TENHO 45 ANOS, NÃO IREI FALAR MEU NOME, LOGO ESTAREI AI, COM TODO MINHA TROPA, PRA DAR TOTAL APOIO PRO *MANO D*...

PAZ 🕊️

JUSTIÇA ⚖️

LIBERDADE 🗝️🔑

COMANDO VERMELHO 🇧🇷*

Nesses últimos salves, podemos acompanhar a disputa de mercado, mas também novamente a disputa moral e por legitimação, estabelecida entre Os Crias da Tríplex Fronteira e o CV/FDN. Ainda em maio de 2020, Os Crias da Fronteira anunciaram a aliança com o PCC. O anúncio da parceria (*amizade*) ressalta a importância da relação com o PCC para o “progresso” do crime em geral, ou seja, trata-se de uma aliança estratégica para o PCC – em decorrência do território específico onde se situa – e também para Os Crias, em virtude da força e da posição do PCC no mercado de drogas internacional, bem como da sua vantagem nacional num eventual enfrentamento ao CV e a possíveis fragmentos da FDN que tenham permanecido na região.

Salve 18 – Os Crias TPLC, maio de 2020

🇧🇷☑️COBRPE🇧🇷☑️

COMUNICADO GERAL

OS CRIA T.P.L.C COBRPE

PRIMEIRAMENTE UMA BOA NOITE A TODA NOSSA QUERIDA TRIPLÍCE FRONTEIRA. E UM FORTE E LEAL ABRAÇO A TODOS OS IRMÃOS QUE ESTÃO FECHADO FIRME E FORTE NA PUREZA COM OS CRIA T.P.L.C COBRPE.

VINHEMOS COMUNICAR A TODOS OS IRMÃO QUE NA DATA DE HOJE *DIA 29/05/2020* a CUPULA DOS CRIA T.P.L.C COBRPE, *ESTÃO FECHANDO UM LAÇO DE AMIZADE COM O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL PCC. UMA AMIZADE QUE VAI TRAZER MELHORIAS, PROGRESSO E FORTALECIMENTO PARA AMBAS AS PARTES.*

NOSSA AMIZADE SERA UMA AMIZADE SOLIDA E TRANSPARENTE, ESTAMOS MUITO CONTENTES DE ESTAR DANDO ESSE GRANDE PASSO JUNTO COM OS IRMÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL PCC, JUNTOS SEREMOS MAIS FORTES COMBATENDO TODO TIPO DE OPRESSÃO, EXTORSÃO ENTRE OUTRAS SAFADEZAS.

ESTAMOS FECHANDO ESSA CAMINHADA VIZANDO AS MELHORIAS E O PROGRESSO PARA TODOS, NOSSA AMIZADE SERA MUITO IMPORTANTE PARA O CRIME EM GERAL.

QUANDO CHEGAR UM IRMÃO DO PRIMIRO COMANDO DA CAPITAL PCC NA FRONTEIRA, E NOS DEMAIS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES VIZINHAS ONDE A BANDEIRA DOS CRIA T.P.L.CCOBRPE ESTA LEVANTADA, OS IRMÃO DO PCC SERÃO MUITO BEM RECEBIDOS E TERÃO TODA A ATENÇÃO NECESSÁRIA.

UMA BOA NOITE A TODOS.

Paz

Justiça

União

igualdade

Lealdade

Liberdade

Organização e

Transparência

OS CRIA T.P.L.CCOBRPE

Conforme apresentado no tópico anterior, entre 2018 e 2020, a FDN passou por um processo de dissolução, em meio ao qual parte de seus integrantes migrou para o CV e outra parte constituiu um novo grupo – denominado CDN –, que não se pode dizer, até o momento, que esteja consolidado. Os Crias, por sua vez, também se movimentaram ao longo desse período e sofreram perdas importantes que, para um grupo local e ainda em fase de consolidação, produziram efeitos relevantes na posição ocupada pelo grupo. Além disso, o estado do Amazonas, na região da sua capital, viu nascer um novo grupo denominado RDA, que, assim como Os Crias da Tríplice Fronteira, é também aliado do PCC, na conformação bipolar do crime no Brasil.

A análise da macrorregião Norte em geral e do estado do Amazonas em particular sinaliza para um contexto de elevada instabilidade no universo criminal e dificuldade de consolidação estável de quaisquer dos grupos atuantes no estado. Como parece ficar claro na análise dos processos de constituição e de enfraquecimento dos grupos criminais, bem

como das alianças, dos rompimentos, das lealdades e das desconfianças estabelecidos entre eles, as peças continuam a se mexer no território amazonense, algumas vezes silenciosamente – como no caso do RDA e do PCC – e, em outros casos, provocando explosões de violência e aumento dos homicídios, especialmente em áreas estratégicas, como é o caso da Tríplice Fronteira, em Tabatinga, com conflitos envolvendo o CV e Os Crias e também o CV e o CDN.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista complementar o estudo desenvolvido pelo Ipea chamado Dinâmicas da Violência e Políticas de Segurança Pública na macrorregião Norte do Brasil, este relatório pretende contribuir para a compreensão do cenário da atuação das facções de base prisional naquele território. Para tanto, por meio de uma abordagem qualitativa, mobilizamos, de forma não exaustiva, a bibliografia técnica e acadêmica, notícias produzidas pela imprensa e documentos elaborados pelos próprios atores criminais, na forma de salves ou de censos.

Partindo do diagnóstico sobre as questões envolvidas na problemática da violência e da segurança pública, desenvolvido pela equipe do Ipea, procuramos aprofundar a compreensão dessa problemática pelo recorte analítico que coloca em foco um tipo de ator criminal: as facções prisionais/criminais.

O processo que temos denominado de “faccionalização da dinâmica prisional e criminal do Brasil” e que se caracteriza por conectar a dinâmica da prisão com a dinâmica dos territórios – e vice-versa – tem capturado grande parte das atividades criminais e dos mercados ilícitos no país inteiro, reconfigurando as práticas e as relações estabelecidas entre os atores criminais, redefinindo lógicas de alianças, lealdades, cooperação, competição, conflitos e níveis, intensidade, formas e aspectos simbólicos e materiais da violência.

Como temos afirmado (Manso e Dias, 2018; Dias e Paiva, 2022), em cada região, o processo de faccionalização produz efeitos distintos, uma vez que a lógica desses atores interage de forma dinâmica com o contexto próprio em que se insere, com os diversos outros atores, as diversas atividades e o respectivo cenário geográfico, cultural, político, social e econômico, que conformam dinâmicas próprias e que podem se caracterizar por maior ou menor conflitualidade.

A centralidade das relações entre grupos nacionais e grupos locais/regionais na macrorregião Norte é decorrência do caráter estratégico dessa região para os fluxos dos negócios ilícitos transfronteiriços, tendo em vista sua extensa fronteira com outros países, especialmente Colômbia, Peru e Bolívia, onde ocorre o maior volume da produção das drogas de grande consumo mundial (cocaína e *cannabis*). No âmbito dessas relações, os grupos locais/regionais, com suas múltiplas particularidades geográficas, culturais e sociais, procuram controlar tais fluxos em seus territórios de origem. Mas, em contrapartida, a parceria com os grupos de maior envergadura financeira e organizacional – como o PCC e o CV – parece importante para os grupos locais, em razão das conexões que os grandes grupos detêm com fornecedores de mercadorias no atacado e dos recursos financeiros, organizacionais e logísticos de que dispõem.

A relação com o território de origem e a identidade gerada por essa vinculação orgânica são muito claras para a FDN (no Amazonas, especialmente em Manaus) e para Os Crias da Tríplice Fronteira (em Tabatinga). Ao mesmo tempo, fica evidente a centralidade que os

grupos nacionais atribuem à aliança com esses grupos, como forma de alcançar relevância em regiões onde inexistente vínculo com o território e com a comunidade local e de construir base social nos novos territórios.

Trata-se, portanto, de uma dinâmica econômica que está diretamente relacionada ao processo social de faccionalização do crime e das prisões brasileiras e que reconfigurou o cenário das atividades ilícitas e dos efeitos em termos de violência em todo o país, especialmente após 2016. A relação entre os grupos mais estruturados – PCC e CV – com os grupos locais ou regionais se conforma a partir da dinâmica polarizada e dicotômica que se estruturou a partir de 2016 e na qual PCC e CV ocupam polos de forças opostas entre si, em torno dos quais orbitam outros atores criminais. Nesse cenário, até mesmo os grupos cuja origem ocorre nas ruas, como Os Crias da Tríplice Fronteira, assumem uma lógica organizacional e uma forma de atuação e de construção da sua identidade que é equiparada àqueles de base prisional. Portanto, é a prisão moldando as dinâmicas criminais e sendo moldada por elas, produzindo conformações sociais e econômicas próprias e estruturando o fenômeno da violência de uma forma em que a narrativa moral, os lucros, o controle do território e a reivindicação de ser portador da ética criminal são todos elementos constitutivos das identidades, das alianças e das disputas.

A relação de PCC e CV com os grupos locais é central para a tentativa de enraizamento social e cultural dos atores vinculados a esses grupos que costumam ser considerados “estrangeiros” e, especialmente no caso do PCC, sua chegada é interpretada a partir de uma perspectiva regionalista que situa o avanço do PCC à histórica posição imperialista do estado de São Paulo na sua relação com os demais estados brasileiros (não por acaso o PCC é comparado aos Estados Unidos em um dos documentos que apresentamos). Em contrapartida, muitas vezes os grupos locais se beneficiam fortemente dos canais de acesso às mercadorias e a mercados em outras regiões a partir das conexões com os grupos locais. A análise da atuação das facções criminais na macrorregião Norte do Brasil aponta para grande instabilidade nas relações que se estabelecem entre os diferentes grupos, certa fragilidade da maioria dos grupos locais ou regionais e volatilidade das relações que estabelecem com os grupos nacionais.

Nesse sentido, a intensificação da violência na macrorregião Norte pode estar relacionada, entre outros fatores, ao processo de faccionalização das dinâmicas criminais e aos conflitos e práticas de violência que são próprias do universo desses grupos e cuja lógica, no caso analisado, se associou aos problemas típicos da região. Estes são caracterizados pela centralidade da questão ambiental em um contexto de afrouxamento dos mecanismos de fiscalização e controle institucionais, de degradação e destruição de órgãos encarregados desses controles e de apoio político ao avanço do crime na Amazônia, associado à dinâmica do progresso. A interação desses fatores prévios com a chegada de grupos organizados e armados, com lógica de lealdade e pertencimento, e vinculados inexoravelmente à prisão, reconfigurou o cenário regional, impulsionando a diversificação criminal propiciada pelo contexto ambiental amazônico e pela multiplicidade de atores presentes nos mais diversos mercados ilícitos, favorecendo novas conexões e também novos conflitos, e produzindo, enfim, a eclosão de uma violência que, se nunca foi desconhecida na região, passou a patamares nunca antes alcançados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de. **Cocaína: a rota caipira**. São Paulo: Record, 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Operação La Muralla**. [s.l]: [s.n], 2016. (Relatório final).
- CANDOTTI, F. M.; CUNHA, F. M. da; SIQUEIRA, Í. L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e estado. *In*: MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta, 2017.
- COELHO, O. F.; SILVA, R. A. A crise no sistema prisional de Manaus. **Revista Artigos.com**, v. 6, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/1493/834>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- DIAS, C. N. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022.
- DIAS, C. N.; RIBEIRO, N. C. T. O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 98-124, 2019.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica/. Acesso em: 25 fev. 2023.
- FERREIRA, M. A. S.; FRAGMENTO, R. de S. Degradação da paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, nov. 2019.
- FRAGMENTO, R. de S. **A degradação da paz no Norte do Brasil: um exame a partir da violência entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN)**. 2018. Monografia (Graduação) – Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13828>.
- GRILLO, C. C. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, D. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeira aproximação. **Dilemas: Revista de Estudos sobre Conflito e Controle Social**, edição especial, n. 3, Rio de Janeiro, p. 173-197, 2019.
- HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque – garimpo ilegal nas Terras Indígenas Yanomami e propostas para combatê-lo**. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2022.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854>.
- _____. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.
- MELO, F. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 201-242, 2018.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. Além das grades: um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 149-174, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n73p149>.

OLIVEIRA, J. V. de. Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista – Roraima: a capital mais setentrional do Brasil. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 22, p. 245-270, jan./jul. 2017.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, 2018.

PAZ, A. de S.; NUNES, K. M. Massacre na Penitenciária Anísio Jobim: uma análise da narrativa jornalística no jornal A Crítica. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 18., jun. 2019, Parintins. **Anais... Amazonas: Intercom**, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2019/resumos/R64-0130-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PONCHE, S. B. Discurso de facção e não de ficção: a análise do discurso do poder paralelo no Tocantins – Brasil. **Aturá – Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 4, n. 1, p. 235-247, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/8479>.

SANTOS, A. P. M. dos. **Família do Norte**: um estudo de caso acerca de uma organização criminoso tipicamente amazônica. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4497713. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, P. L. da; SILVA, T.; RIBEIRO, R. L. A. **Crimes violentos letais e intencionais no confronto entre as facções criminosas nos residenciais Orgulho do Madeira e Morar Melhor em Porto Velho-RO**. 2020. Monografia (Especialização) – Centro de Ensino da Polícia Militar de Rondônia, Porto Velho, 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4655/1/Crimes%20Violentos%20Letais%20e%20Intencionais%20no%20Confronto%20entre%20Fac%20c3%a7%20c3%b5es%20Criminosas%20nos%20Residenciais%20Orgulho%20do%20Madeira%20e%20Morar%20Melhor%20em%20Porto%20Velho%20-%20RO.pdf>.

SIQUEIRA, Í. B. L.; PAIVA, L. F. S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, 2019.

SOARES, R. R.; PEREIRA, L.; PUCCI, R. **Ilegalidade e violência na Amazônia**. [s.l.]: Centro de Empreendedorismo da Amazônia, dez. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Soares-Pereira-Pucci-Relato%CC%81rio-AMZ-2030-26.pdf>.

TEIXEIRA, J. C. **O avanço do Primeiro Comando da Capital rumo à região Norte do país e o papel do Exército Brasileiro para frear esta expansão**. 2020. Monografia (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/765711/MO%200942%20-%20JANILSON.pdf>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Neves de Souza da Cruz

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Maria Eduarda Mendes Laguardia (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO